



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS DOUTORAS JOSEFINA DEMES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



EGUINALVA ALVES DA SILVA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADE PEQUENA: UMA ANÁLISE DE
CASO DO BAIRRO VEREDA GRANDE SITUADO NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE
GRAJAÚ-MA**

FLORIANO- PI

2025

EGUINALVA ALVES DA SILVA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADE PEQUENA: UMA ANÁLISE DE
CASO DO BAIRRO VEREDA GRANDE SITUADO NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE
GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC apresentada à banca examinadora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Campus Dra. Josefina Demes, como requisito obrigatório para obtenção de título de Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos

FLORIANO- PI

2025

S586p Silva, Eguinalva Alves da.

A produção do espaço urbano em cidade pequena: uma análise de caso do bairro Vereda Grande situado no município de Barão de Grajaú-MA / Eguinalva Alves da Silva. - 2025.

81 f.: il.

Monografia (graduação) - Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Piauí, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos".

1. Produção do espaço. 2. Espaço urbano. 3. Atores sociais. 4. Loteamentos. 5. Financiamento. I. Santos, Anderson Felipe Leite dos . II. Título.

CDD 918.121

EGUINALVA ALVES DA SILVA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADE PEQUENA: UMA ANÁLISE DE
CASO DO BAIRRO VEREDA GRANDE SITUADO NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE
GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC apresentada à banca
examinadora do curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Campus Dra.
Josefina Demes, como requisito obrigatório para obtenção de
título de Licenciado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos

Aprovado em 28 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos (Orientador)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof. Dr. Daniel César Meneses de Carvalho (Membro Interno)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)



Documento assinado digitalmente
CICERO ANTONIO JATANAEL DA SILVA TAVARES
Data: 12/12/2025 18:32:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Cícero Antônio Jatanael da Silva Tavares (Membro Externo)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Dedico este trabalho aos meus pais Edileusa Alves Ferreira e Edimilson da Silva Sena, dois trabalhadores incansáveis que mesmo sem concluíram o Ensino Fundamental, sempre incentivaram a trilhar os caminhos da educação e buscar continuamente o “conhecimento”.

A minha eterna gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu a oportunidade e me guiou até aqui, me dando força para superar todas as dificuldades durante minha trajetória e me mostrando através de pequenos gestos que nunca estive sozinha. Aos meus pais Edimilson da Silva Sena e Edileusa Alves Ferreira, pelo incentivo e apoio incondicional em todas as minhas fases de vida estudante, sendo um dos principais motivos para eu ter chegado até esta formação. Agradeço também as minhas irmãs Eguina, Elinalva, Kelley, Kellyanna e Emilly e ao meu irmão Wesley, por tudo que fazem por mim, sempre me ajudando no que preciso. As minhas colegas de turma Sonia Maria Santos da Silva, Lucilene Oliveira Rodrigues, Vanessa Hellen Costa Nascimento e Ashyla Thyanne Rocha Amorim e aos demais companheiros de sala que durante esses quatros (04) anos compartilharam risos, dúvidas e momentos de aprendizado, minha gratidão por tornarem esta jornada mais leve e significativa. Aos meus amigos Mateus P. Nascimento e Jailma de Sousa Ferreira que compartilham dessa jornada desde o ensino fundamental fortalecendo a cada passos um significado único e preciso do “Saber” com gestos pequenos, mas eficientes. Um agradecimento especial ao meu orientador Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos, por cada feito e contribuição de aprendizagem durante a minha permanência no curso.

RESUMO

A produção do espaço urbano em cidade pequena está vinculada a diferentes processos socioespaciais que envolve atuação diferentes atores concretos citadinos dentre eles: o Estado, agentes fundiários, promotores imobiliários, proprietários de meios de produção e a classe segregada (excluída). Este trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de expansão do tecido urbano do bairro Vereda Grande na última década (2010-2024), a partir da perspectiva da autoconstrução de residências pelo proprietário, financiamento de habitações e surgimento de loteamentos como fatores de produção do espaço citadino em uma cidade pequena. A metodologia utilizada baseia-se em um estudo de caso, de natureza qualitativa, e caráter exploratória e descritiva. Para a pesquisa de campo foram adotados questionários / entrevistas com os moradores mais antigos aos mais novos residentes do bairro Vereda Grande/ Loteamentos especificamente direcionados aqueles com mais de dez anos que moram no *locus*. Ao longo da pesquisa, é nítido que a ocupação do recorte espacial se deu de forma gradual e desorganizada a partir das primeiras autoconstruções dos sujeitos até as novas realidades com passar do tempo e se inserir a participação do Estado e representações imobiliárias e financeiras. Os resultados mostram que, espaço pesquisado em meados da década de 60-70 era um lugar ainda equidistante do urbano com indícios precários de ruas ainda sem formação, acesso ao abastecimento de água, iluminação e vegetação densa. Tem-se hoje, uma evolutiva na paisagem urbana, com escola, UBS, quadra de esporte e uma associação filantrópica, aumento de autoconstruções do sujeito e de habitações financiada e um começo de uma infraestrutura planejada. Portanto, a pesquisa se faz relevante para ciência geográfica, pois apresenta debates que estão engendrados na atualidade, valores, e sentimentos construídos sobre cada porção territorial em particular na composição de uma pequena cidade.

Palavras-chaves: Produção do espaço urbano. Atores sociais. Financiamento. Bairro Vereda Grande / Loteamentos.

ABSTRACT

The production of urban space in a small city is linked to different socio-spatial processes involving the actions of various concrete urban actors, including: the State, land agents, real estate developers, owners of means of production, and the segregated (excluded) class. This work aims to analyze the process of urban expansion in the Vereda Grande neighborhood over the last decade (2010-2024), from the perspective of self-construction of residences by owners, housing financing, and the emergence of subdivisions as factors in the production of urban space in a small city. The methodology used is based on a qualitative case study, with an exploratory and descriptive character. For the field research, questionnaires/interviews were conducted with residents ranging from the oldest to the newest residents of the Vereda Grande neighborhood/subdivisions, specifically targeting those who have lived in the area for more than ten years. Throughout the research, it is clear that the occupation of the spatial area occurred gradually and in a disorganized manner, starting with the first self-constructions by individuals and evolving over time with the inclusion of state participation and real estate and financial representations. The results show that the area researched in the mid-1960s-70s was still equidistant from the urban environment, with precarious signs of unpaved streets, lack of access to water supply and lighting, and dense vegetation. Today, there is an evolution in the urban landscape, with a school, a primary health care unit, a sports court, and a philanthropic association, an increase in self-construction by individuals and financed housing, and the beginning of planned infrastructure. Therefore, the research is relevant to geographical science because it presents debates that are currently being debated, values, and feelings constructed about each particular territorial portion in the composition of a small city.

Keywords: Production of urban space. Social actors. Financing. Vereda Grande neighborhood / Land subdivisions.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
SEAD	Secretaria Municipal de Administração
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do Município de Barão de Grajaú- MA -----	37
Figura 2- Localização do bairro Vereda Grande em Barão de Grajaú- MA-----	50
Figura 3- Composição por sexo dos entrevistados do bairro / loteamento em 2025 -----	52
Figura 4- Faixa etária dos entrevistados no bairro/ loteamentos-----	53
Figura 5- Tempo de moradia dos entrevistados no bairro ou loteamento-----	55
Figura 6- Tipos de moradias presentes no bairro em 2025 -----	57
Figura 7- U.E Raul Ramos existe no bairro Vereda Grande desde 1980 -----	59
Figura 8- Rua José Martins Resende no bairro Vereda Grande entre 2012 a 2025 -----	61
Figura 9- Ginásio de Esporte A. Ulisses da Silva-----	62
Figura 10- Unidade Básica Doutor Pedro Queiroz -----	62
Figura 11- SEFAZ-MA situado no bairro Vereda Grande -----	62
Figura 12- Comparação de infraestrutura no bairro / loteamento -----	63
Figura 13- Tipos de moradias presentes no bairro em 2025-----	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Rendimento Familiar dos entrevistados no bairro Vereda Grande em 2025 -----	54
Tabela 2- Faixa etária dos entrevistados do bairro em 2025 -----	55
Tabela 3- Autodeclaração de Cor/raça dos participantes em 2025 -----	56
Tabela 4- Infraestrutura do bairro Vereda Grande na década de 60 a 70-----	60
Tabela 5- Problemas infraestrutural mais comum no bairro/ loteamento -----	64
Tabela 6- Quais foram as principais mudanças que aconteceram no bairro/ loteamento depois de morar nele? -----	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Etapas de simulação de financiamento ou do Empréstimo com Garantia de Imóvel CAIXA -----	67
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA	16
2.1 AGENTES QUE ATUAM NO ESPAÇO URBANO	20
2.2 SEGREGAÇÃO CAPITALISTA: PRODUZINDO E REPRODUZINDO DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....	23
3 EVOLUÇÃO DO CONCEITO “CIDADE PEQUENA”	27
3.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM UMA PEQUENA CIDADE	30
4 BARÃO DE GRAJAÚ-MA ENQUANTO CIDADE PEQUENA: EVOLUÇÃO URBANA	35
4.1 O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO: NA PERSPECTIVA DE LOTEAMENTOS NO BAIRRO VEREDA GRANDE:.....	38
4.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO SOLO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA NO BAIRRO VEREDA GRANDE	43
5 METODOLOGIA	48
6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	49
5.3 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS	51
6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	52
6.1 DADOS INICIAIS DA MORADORES	52
6.2 TEMPO DE MORADIA	56
6.3 DOS PRIMEIROS MOMENTOS DA OCUPAÇÃO AOS PRIMEIROS EQUIPAMENTOS DE SUPORTE AO BAIRRO VEREDA GRANDE: RELATOS DOS RESPONDENTES	58
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE.....	80

1 INTRODUÇÃO

Pensar no espaço urbano nos remete a refleti-lo a partir da Geografia Urbana. Para isto, é preciso que seja estabelecida uma análise sobre a influência da sociedade na produção do espaço citadino, a fim de compreender os meios que compõem, refazem e recriam cada detalhe interino do *locus*. Isso significa que o espaço urbano constitui-se como processos abstratos para a produção dos agentes concretos que levam os sujeitos a organizarem e estabelecerem suas diretrizes perante a evolução sócio-histórica do espaço produzido e reproduzido como condição e meio do círculo social capitalista.

Nessa concepção Danielli e Martins (2021, p. 85), demonstram que na essência “o urbano é a forma espacial que então sustenta o processo de reprodução do capital em geral, trata-se de um produto social, em que seu valor é produzido pelas atividades da sociedade”. Isso acontece em face das ações sociais que são produzidas e reproduzidas dentro do ambiente citadino, a tal ponto de incorporar novas dinâmicas em confluência com a dimensão espaço-tempo, ao promover o consumo e troca da terra no sistema capitalista.

Nisso, o espaço urbano torna-se elemento mutável, a cada minuto é realizada uma nova produção ou revitalização de espaço já existente em razão da articulação dos atores concretos, que transforma o espaço citadino em vias de circulação, parcelamento do solo, loteamentos, a produção de empreendimentos financiados e imobiliários e autoconstrução do usuário. Denotando o “espaço” como produto e resultado da articulação social que o constrói, ocupa e reproduz desigualdades socioespaciais no cenário citadino.

Outrora, o espaço urbano perpassa-se como objeto de interesse desses atores que inserem e se relacionam como parte da composição efetiva da produção socioespacial de uma cidade. Nesse contexto, é que direcionamos um entendimento mais complexo sobre o processo de produção do espaço urbano do bairro Vereda Grande localizado no município de Barão de Grajaú- MA enquanto elemento de ordenamento do espaço de uma cidade pequena.

Nota-se que, a produção da área urbana do bairro é movida pelo interesse dos produtores de fixos e fluxos que moldam a paisagem urbana a fim de satisfazer a maior rentabilidade aquisitiva do capital. Para Rodrigues e Holanda (2012, p. 46), “a produção da paisagem urbana está extremamente ligada aos interesses dos grupos sociais envolvidos no processo de transformação da paisagem de acordo com suas necessidades e/ou interesses”. Por mais que haja um interesse de produzir áreas cada vez mais urbanas, a ação dos agentes sociais acaba desvalorizando grande parte desse espaço, que poderia ser de grande utilidade e lazer para seus habitantes.

Nesse contexto, problematizar a produção do espaço urbano em cidade pequena consiste em refletir como a dinâmica urbana se realiza no espaço vivido e transcende na mudança, produção e uso do solo. Com isso, este estudo busca apoiar-se no processo de produção e ampliamiento do perímetro urbano do bairro Vereda Grande. Para tanto, a pesquisa parte do questionamento: Como e quais fatores socioespaciais estão envolvidos no processo de produção do espaço urbano do bairro Vereda Grande e que implicações o incremento de novas construções urbanas está associado com o bem-estar dos moradores nas áreas ocupadas na última década? A interrogativa parte da hipótese, que o aumento da produção do solo urbano do bairro Vereda Grande tem relação direta com a migração da zona rural de Barão de Grajaú e outros municípios, têm influenciado na procura por lotes baratos para autoconstrução do indivíduo, surgimento de loteamentos e financiamento de habitações.

De modo geral, objetiva-se analisar o processo de expansão do tecido urbano do bairro Vereda Grande na última década, a partir da perspectiva da autoconstrução de residências pelo proprietário, financiamento de habitações e surgimento de loteamentos como fatores de produção do espaço citadino em uma cidade pequena. De forma específica busca-se identificar os condicionantes na ampliação do bairro Vereda Grande; bem como, descrever a evolução urbana do bairro desde os anos 2010 a 2024 a partir da observação dos moradores; e destacar os desafios da produção do espaço sem o acompanhamento do planejamento urbano.

Inicialmente, o interesse de pesquisar esse tema se deu em virtude da observação da existência das poucas produções acadêmicas a respeito da produção do espaço urbano em cidades pequenas. Pensando nisso, é que surgiu o anseio de trazer essa discussão acerca da evolução e produção urbana para o contexto do bairro Vereda Grande na última década enquanto parte do ordenamento e desenvolvimento local de uma pequena cidade. O tema justifica-se pela curiosidade de compreender através da espacialidade geográfica como a produção do espaço urbano se articula na existência de um padrão de ampliamiento citadino capaz de delimitar a alocação da população em áreas socialmente periféricas, sobretudo no que corresponde o aumento de áreas prolíferas a construções em loteamentos e habitações financiadas, além do surgimento de novos espaços de consumo do usuário.

Espera-se, que este estudo contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas, assim como, complemente as pesquisas já existentes sobre o respectivo tema, dinamizando as pautas relevantes sobre a produção do espaço urbano em cidade pequena de maneira concisa e abrangente nas diferentes realidades que estas apresentam.

O estudo está estruturado em três seções, além da introdução. Inicialmente apresenta-se o referencial teórico, focando os estudos sobre a produção do espaço urbano sob a lógica do sistema capitalista, agentes que atuam no espaço urbano e a segregação capitalista: produzindo e reproduzindo desigualdades socioespaciais. Enquanto, na segunda seção aborda-se a evolução do conceito “cidade pequena” e o processo de urbanização em uma pequena cidade. Na última seção trabalha-se os aspectos sobre Barão de Grajaú- MA enquanto cidade pequena: evolução urbana, o parcelamento do solo urbano: na perspectiva de loteamentos no bairro vereda grande e a financeirização do solo e o processo de valorização da terra urbana no bairro Vereda Grande. Em seguida, aborda-se a metodologia realizada nesse estudo, que apresenta o tipo de pesquisa, o objetivo, instrumento de coleta, procedimentos e o método de análise, e na seção seguinte é apresentado a análise dos resultados através do levantamento de informações obtidas pela aplicação da entrevista. E por fim, são expostas as considerações finais da pesquisa.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA

De início, deve-se entender que a produção do espaço urbano é uma fase que antecede ao sistema capitalista, assim, Lefebvre (1999, p. 142) reforça que “hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço”. Vislumbra-se que essa comercialização se propaga continuamente na reorganização e valorização de diferentes sítios, já que o capital está em constante busca de mecanismos para acumulação aquisitiva.

Tomando como base essa afirmativa, Harvey (2011) esclarece que as formas de acumulação do capital não giram fora do espaço geográfico, assim como, o capital fixo e os agentes atuantes do espaço exercem funções ativas e articuladas nas alterações heterogêneas da paisagem urbana, dos artifícios e fatos das formas e processos socioespaciais. Criando a todo momento a justaposição de novas áreas com distintas funcionalidades a diferentes estruturas sociais que compõem a cidade.

A produção do espaço é observada desde a concepção histórica e social, saindo da limitação espacial estática e física construída pela sociedade. Contudo, deve-se compreender que este processo decorre da subjetividade presente na conjuntura social, sobretudo ao considerarmos a tríade do espaço vivido, percebido e concebido pelos indivíduos na cidade. Enfim, é sob o domínio do capital que a produção passa a ser o sistema dominante em todas as esferas de interesses da sociedade capitalista, assim, o fluxo de acumulação começa a gerir a produção do espaço (Lefebvre, 2006).

Todavia, é considerável entender de antemão a associação de “produção” ao espaço citadino e como ele se materializa enquanto construção humana e social. A partir disso, que surge duas pressuposições que explica o emprego do termo produção. A primeira hipótese sobre produção se manifesta no sentido de *latu sensu*, que envolveria o processo de produção das relações simbólicas, abstratas e subjetivas realizada pela humanidade, enquanto, a outra refere-se ao *strictu sensu* que corresponderia a materialização dos objetos na sociedade (Lefebvre, 1992).

Advém ressaltar, que a compreensão da normativa conceitual de produção procede da complexidade de entender que é na urbe ¹ que a produção se consolida, manifesta e materializa.

¹ Segundo o dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, de autoria de Cunha (1982), a data provável do vocábulo ‘cidade’ data do século XIII, sendo originária da palavra latina *civitas-âtis*. Embora esse dicionário não registra a palavra urbano, apresenta o vocábulo *urbe*, que tem o sentido de cidade e se origina da palavra latina *urbs, urbis*, indicando o século XX como datação para o uso da palavra *urbe* na língua portuguesa.

Dito isto, Sposito (2004) compreende que há uma dualidade no entendimento de como ocorre a produção no solo urbano, para ela, a produção é mediada por duas perspectivas, num primeiro caso remete acepção restrita que propagava a materialização de serviços, mercadorias e bens, enquanto, no viés mais amplo remota as relações de reprodução da sociedade.

Segundo os estudos de Cavalcanti (2001), a produção do espaço se insere na concepção de produção social, fundamentado na lógica, dinâmica própria e no modo de produção, que moldam constantemente o ato de produzir e como (re) produzir cada instância um mecanismo novo ou um fragmento de glebas, produzindo-a e alterando-a a configuração atual do espaço urbano.

Nessa perspectiva, entende-se que a narrativa de produção do espaço urbano é vista como um fenômeno social. Nesse contexto, Corrêa (1991) explica que a produção do espaço fundamenta-se na produção social, definindo-o como processo de (re) organização e estruturação da sociedade. Assim a cidade é expressa pela transformação da paisagem natural, estabelecida pela movimentação dos atores sociais que darão ao espaço urbano distintas formas de produzi-ló. Dessa forma, as construções citadinas são produtos da criação humana, logrando na heterogeneidade de espaços justapostos entre si.

Em conformidade, Harvey (2011), partilha do mesmo discurso, ao notar como associamos o espaço a suas distintas fases de produção, seguindo uma padronização de ações, construções de diversos espaços, assim como, a inserção de áreas de lazer e habitações que protagonizam diretamente acumulação do capital e uso das glebas contribuindo para o adensamento e produção instantânea de cada área no sítio urbano.

Na visão de Ozório (2007), o espaço urbano está traduzido na concepção de produção e reprodução de possibilidade criadas pelo círculo social, como *lócus* de dinamicidade vivido, habitado e construído ao longo do tempo e reforçado a todo instante pelas relações sociais, materializando através da ocupação e formação do espaço citadino.

Para além disso, a dinâmica de acumulação do capital fixo impõe que a humanidade transforme o espaço urbano o seu reflexo, enfatizando que a produção quanto reprodução, necessita estar associada ao processo de produção e relações sociais que acabam influenciando nas formas em que a sociedade vive.

Ademais, Rocha (2009), reforça a ideia que o espaço reflete a cada instante as características de organização espacial da sociedade, inscritos nas formas geradas e acumuladas nas interações realizadas na cidade, assim, a estrutura urbana será refletida no contraste de dualidade entre a produção e reprodução dos objetos que constituem a esfera social.

Nesse sentido, Santos (1997) transcreve a relação de produção e espaço como sendo uma instância que define a sociedade, já que o espaço é parte resultante da produção, isso decorre de diferentes momentos da história de formação do espaço, contidos nas premissas estabelecidas pelo modo de produção capitalista.

A produção do espaço urbano é reflexo criado pela sociedade. Isto quer dizer, que a sociedade reproduz e produz a sua própria organização espacial, de modo a emergir no espaço geográfico as dinâmicas em função da reprodução da vida humana, das relações sociais e econômicas e desenvolvimento da produção do capital fixo estabelecidas historicamente na cidade (Corrêa, 2000).

Conforme Carlos (2001), a produção do espaço citadino se manifesta através da prática socioespacial e nas formas do espaço-tempo como métodos indissociáveis, seja na forma de acumulação de conteúdos presentes na dimensão da cidade em determinado tempo ou através da possibilidade de renovar a sociabilidade de mudanças de uso do espaço e das formas-conteúdo das relações cotidianas.

Em consonância com Vieira (2005) a produção do espaço urbano se concretiza em torno da visibilização em torno do desenvolvimento e acumulação do capital:

O espaço vai produzindo-se de forma a atender as necessidades impostas pela produção e reprodução de relações, determinadas pela atividade produtiva. As formas espaciais vão sendo geradas em decorrência de tais necessidades. As relações sociais vão materializando-se no espaço, seguindo a lógica da produção e reprodução da atividade produtiva. A cidade que será gerada no espaço, guardará estes momentos do ciclo do capital, formalizando as relações através da localização de elementos materiais, destinados à realização do processo (Vieira, 2005, p.56).

Porquanto, Carlos (2008), associa a produção do espaço aos momentos que percorrem o espaço-tempo das relações de (re) produção da sociedade. Nisso, a urbe se reproduz a partir da valorização gerada pelo poder da concentração aquisitiva, em face da produção, circulação de mercadorias e pessoas, troca e consumo. Ou seja, a cidade se torna palco da ação do sistema de capital em todas as suas instâncias.

Em contrapartida Lefebvre (2006), sinaliza que o espaço interfere na própria produção, assumindo funções de organização espacial produtiva, compras e trocas, como também, recorre o papel de espaço produtor e produto, considerando elementos estruturados e desestruturados na composição do espaço, a fim de recriar condições de produção e forças produtivas.

Para tanto, a produção do espaço urbano congrega o espaço como meio, condição e produto, sendo a cidade o principal *lôcus* da reprodução e materialidade em que o sistema capitalista transfere a ideia de solução dos flagelos da reorganização do espaço, seja, de forma

parcial ou integral. Trazendo ao seu favor a perspectiva de mudanças na aquisição de riquezas do capital, de modo que, está continue em atuação e, caso seja necessário, haverá uma nova reorganização espacial.

Partindo-se do entendimento que o modo de produção capitalista, tende a induzir os indivíduos a satisfazer as suas necessidades baseadas na produção em massas de objetos que integrará as relações sociais à medida que transformam o espaço natural em objetos lapidados em várias dimensões espaciais. Para tanto, a produção, circulação, distribuição e consumo colocará o espaço como mecanismo agregador e incorporador das ações humanas (Moraes; Carlos, 1999). Frente a isto, Lourenço (2023) reforça que a medida em que a esfera social se desenvolve mais haverá a transformação do espaço em decorrência da relação sociedade-natureza.

O modo de produção capitalista estendeu a produção e o consumo em escala mundial, garantindo a reprodução do capital em escala ampliada. À medida que a produção e o consumo aumentam, aumenta também a demanda por força de trabalho e por meio dela intensifica-se a transformação seletiva do espaço no sentido de atender as exigências para garantir a continuidade do processo de acumulação. Assim, a concentração das materialidades necessárias – edificações, estradas e infraestrutura em geral – e da força de trabalho torna-se uma exigência no sentido de atender as os requisitos da reprodução do capital (Lourenço, 2023, p.88).

Mediante a isto, Soja (1993) pressupõe que o espaço é socialmente produto das forças produtivas da ação capitalista, assim, este é criado a partir das relações sociais que se constrói sobre ele. Todavia, essa estrutura criada pela sociedade é associada a outras formas e processos de construções do homem no tempo emergindo na transformação do meio/ espaço em consequência da reprodução social.

Nessa abordagem, Dantas (2019) direciona a sua abordagem sobre a produção do espaço urbano ao afirmar que este está cada vez mais complexo e que as urbes passam por diversas mudanças, tanto no seu espaço interno como na forma de articulação entre os objetos, formas e processos que estão se relacionando entre si.

Diante disso, Santos (2020) pontua que as formas são estruturas escancaradas na sociedade, perante a isso, se formam, em parte, pelo o processo de capital fixo produzido sobre o espaço, enquanto isso ocorre, a articulação ou funções estão evidenciadas na maneira de movimentação do uso da forma produzida, ou melhor, os objetos materializados no substrato urbano.

Vale dizer que, a produção do espaço urbano perpassa o cotidiano dos sujeitos envolvidos, além de ser constituída por inúmeros fatores que processam o modo de produção capitalista gerados pela sociedade. Neste contexto, o espaço é produzido e reproduzido através da organização e (re) estruturação espacial provocada pela sociedade.

2.1 AGENTES QUE ATUAM NO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço urbano é oriunda da participação ativa de atores sociais que produzem e reproduzem de forma estratégica, complementar e integrada o espaço urbano, que podendo ser de forma direta ou indireta na transformação da paisagem cidadina. Dessa forma entende-se que a produção espaço urbano das urbes, segundo Corrêa (2012) é decorrente da atuação de agentes / atores sociais concretos, históricos e engendrados de interesses, estratégias e práticas próprias, concisas e contraditórias de conflitos entre os produtores e consumidores do círculo social.

Diante disso, Corrêa (1989) cita que o espaço urbano é condicionado por cinco atores principais que agem sobre ele de formas distintas e correlacionadas. E, ao mesmo tempo, são produtores e consumidores do espaço citadino, que utilizam desse sítio em função de interesses: “dos proprietários de meios de produção, sobretudo as grandes indústrias; proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos excluídos (Corrêa, 1989, p.12)”.

Uma definição clara e sucinta do que são os modeladores do espaço encontra-se nos estudos de Corrêa (2011, p.43), que coloca esses agentes centrais como sendo aqueles que “estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” e que “são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano” reiterando que agentes e processos “são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento”.

Em conformidade com outros autores Corrêa (1989), Souza (1988) e Carlos (2001), os agentes sociais agem no espaço urbano a partir de táticas complexas e dinâmicas que acabam criando condições de uso do solo da cidade. De um lado, a atuação desses agentes está respaldada no interesse do sistema capitalista, e por outro lado, a ação desses atores ocorrem em face das relações / reprodução sociais.

Na perspectiva de Moreira Junior (2014), a cidade surge no processo de produção como produto e condição de (re) produção das feições do capital. Dessa forma, essa produção é concretizada pelos os agentes sociais, de origem privada, pública e pela a esfera civil que é criada a partir das práticas, ações e estratégias que se articulam e se divertem ao mesmo tempo.

[...] espaço urbano possui um valor de uso e um valor de troca específicos, ou seja: como produto do processo é mercadoria e como condição para produção, é capital fixo [...] O urbano aparece como produto da produção e reprodução dos seres humanos, tratando-se de um produto histórico, ao mesmo tempo realidade presente [...] A ocupação e o uso do solo é que evidenciam o espaço como uma produção do cotidiano das pessoas. Para aqueles que produzem as mercadorias, a cidade aparece como condição geral da produção (Vieira, 2005, p.47).

Se bem que, os agentes concretos que compõem o setor privado são os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, promotores imobiliários e os agentes financeiros. No primeiro caso, o interesse principal deste agente é a conversão da terra rural em terra urbana, logo, “têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (Corrêa, 2005, p.16)”. Enquanto, os incorporadores e os construtores são responsáveis por colocar o imóvel no mercado e pela construção do terreno. Ainda por cima tem-se os agentes imobiliários e financeiros tem a responsabilidade de venderem os conteúdos, os símbolos urbanos e oferecerem empréstimos para a concessão de imóveis à população.

Na mesma instância, observa-se que os promotores imobiliários e os proprietários fundiários são de extrema importância na materialização e produção do espaço urbano. Frente a isso, Harvey (1980) discorre que a atuação desses agentes influencia diretamente na relação de inserção de novas áreas, influenciando o capital imobiliário e práticas socioespaciais na forma de uso e produção do solo urbano.

Consequentemente, o espaço urbano é construído e organizado pelos atores sociais que visam o interesse pela terra. Por certo, esse interesse acaba gerando disputas na produção e construção de loteamentos e moradias para aluguel, influenciada pela autoconstrução ou construção financiada para o próprio usuário (Vieira, 2005).

Do mesmo modo, o poder público intervém diretamente e indiretamente no processo de produção do espaço citadino, em diferentes escalas (federal, estadual, regional e municipal) e nas formas de organização espacial de leis e normas de ocupação e uso da terra urbana. Bem como, “realiza empreendimento como os conjuntos habitacionais ou engenharias urbanas; aplica a tributação; é o agente fiscalizador; além de oferecer financiamentos (Moreira Junior, 2014, p. 48)”. Afinal, o Estado é um agente produtor que age no espaço urbano de forma indireta e direta.

Partindo-se dessa análise, Mendes (1992) retrata que o Estado cria e dispõe de diferentes ferramentas de controle, e que ao longo dos anos este tende a se tornar mais burocrático, a fim de sancionar os privilégios da classe dominante. Diante disso, Sposito (1991) complementa que o Estado exerce uma função de extrema importância na reprodução territorial da urbe, e de

maneira mais complexa esse papel se dá no processo de produção definitiva da materialização dos objetos, funções e estruturas na cidade.

O Estado é um dos principais agentes de inversão de capitais tendentes à produção de melhorias no meio urbano. Por este seu papel na sociedade complexa da atualidade, tem sido o grande realizador de obras e serviços destinados ao uso coletivo nas cidades (Vieira, 2005, p.66).

Salienta-se ainda, a participação da sociedade civil que desempenha um papel significativo na produção do espaço urbano, sob a forma de movimentos sociais, dos grupos excluídos e de trabalhadores ao apropriar-se de espaços públicos que demandam a concentração de renda e terras (Moreira Junior, 2014).

Parafraseando com Corrêa (1989), De La Mora (2010) observa que produção espacial do espaço citadino segue uma padronização de quatro fatores: a primeira fase diz respeito à produção empresarial calcada na demanda de mercado e seu principal objetivo constante é o aumento do capital; o segundo refere-se a produção estatal que se assemelha diretamente com a produção empresarial, mas é financiada pelos bancos estatais, pelas políticas urbanas, de habitação e pela sociedade, e certa parcela da esfera social pode usufruir da produção do espaço partir dela; por fim, os dois últimos casos corresponde a produção social e a espontânea do habitat. No primeiro caso, o social remete ação em conjunto do poder público e a população, enquanto, o segundo caso reflete na falta de poder aquisitivo dos indivíduos que não conseguem ter acesso a propriedade urbana e nem habitação em áreas com infraestruturas adequadas.

Os agentes que promovem as mudanças no uso do solo urbano tornam singulares determinadas áreas da cidade, principalmente por meio de estratégias que provocam a valorização extremada de partes da cidade, voltada ao consumo dessas áreas por pessoas com maior poder aquisitivo ou com rendas superiores a três salários mínimos (Rodrigues; Holanda, 2012, p.45).

Por isso, os agentes que atuam como produtores e modeladores do espaço agem de maneira estratégica e articulada sobre o solo urbano. Com isso, Corrêa (2000) alude que estes agentes que produzem e consomem o recinto da cidade se complementam na forma de atuação. E, ao mesmo tempo que demonstram interesses particulares, acabam seguindo os mesmos objetivos de obtenção de lucros e a apropriação de renda sobre o uso da terra. E quando há divergências de interesses na produção do espaço urbano o Estado intervém sobre ele.

Nesse cenário, Corrêa (2004) descreve que os agentes urbanos possuem uma função específica na (re) organização e produção do espaço citadino, assim como, estão associadas às formas e relações sociais que se constrói na atividade urbana. É inegável que a apropriação do

espaço urbano, é determinada pelos agentes modeladores que irão influenciar a procura e produção do espaço urbano.

Diante desse cenário, o espaço urbano se constitui em função de elementos viabilizadores da sociedade capitalista imposta pela produção e reprodução de relações sociais. Contudo, deve-se considerar essa concepção de produção urbana a partir da influência dos agentes modeladores do espaço urbano, ponderando o papel que cada um desempenha na cidade. Bem como, entender que o espaço urbano é resultante das reproduções sociais, que irá se materializar fisicamente no *lócus*, onde a atuação dos diversos atores é frequente, fazendo com que cada lote de terra passe a ser interesse da expansão citadina, tornando cada vez mais valorizada função da produção capitalista.

2.2 SEGREGAÇÃO CAPITALISTA: PRODUZINDO E REPRODUZINDO DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

A produção capitalista que percorre no solo urbano é reflexo das ações dos agentes sociais que respaldam no interesse da aquisição de lucro. Nessa linha de raciocínio, constata-se que essa ação irá definir uma expressão espacial entre as classes sociais que habitam determinados espaços. E essa atuação do capital fomenta o interesse hegemônico do consumo e produção do espaço urbano resultando em ações conflituosas da prática social e no ato de apropriação do solo urbano privado e público.

Segundo Danielli e Martins (2021), explicam que a produção do espaço urbano sobretudo do setor privado é associada ao processo de acumulação de bens, induz a esfera social a divisão entre classes possuidoras de riquezas e a popular que levará a produção em massa do espaço de maneiras diferentes, conferidas na utilização deste como objeto de comércio, serviços, saúde e educação, pautadas no valor de trocas. Dito isto, percebem que é a partir deste processo entre classes que decorrem o conflito do sistema capitalista pela luta ao direito à cidade e a habitação.

Em conformidade, os autores Corrêa (2000) e Maia (2008) dialogam que os atores formadores e transformadores do espaço urbano são os principais mediadores de fragmentação da urbe capitalista, em suma, estes são caracterizados pela a forma de hierarquização e desigualdades espaciais, a partir dos jogos de interesses de um ou mais grupos sociais, elevando o índice da segregação social, cultural e socioeconômica de parcela da sociedade.

À medida que se analisa a produção do espaço urbano recorreremos ao entendimento do termo de segregação. Em sua vez Gottschalg (2012) discorre que o termo segregação parte da concepção de isolamento ou separação de status sociais entre a população, podendo então, se

manifestar nas mais diversas formas nos espaços das cidades. Assim, a segregação socioespacial torna-se inerente ao reflexo de condições de valores atribuídos no solo urbano, que gerará um processo de segregação econômica.

Com base na percepção do modo de produção do espaço estrelado pela premissa tradicional do capitalismo e subsidiado pela organização do solo urbano, e adensamento horizontal e vertical de produção de habitações favorecem o surgimento das desigualdades socioespaciais na cidade.

Sob esse viés, Rodrigues (2007) afirma que as disparidades socioespaciais é uma demonstração da separação entre as camadas sociais engendradas nas formas de acumulação de bens materiais e adequando-as nas condições de produção e consumo de recortes locais de alto a baixo padrão aquisitivo.

Para além disso, compreende-se que há segregação urbana entre as classes sociais no âmbito urbano segue uma padronização geral na interação entre habitantes e o espaço urbano, sendo uma questão que vem de uma longa tradição na história da humanidade, tendo o início na antiguidade em que a esfera social já demonstra uma divisão entre a população em face de suas formas urbanas de segregação socioespacial.

Seguindo esse padrão, Marcuse (2004) reflete que o processo de segregação socioespacial no espaço urbano é definido por três tipos de divisões de exclusão entre as classes sociais. Para este, as camadas que compõem o ambiente citadino são segregadas por categoria e distribuída geograficamente no solo urbano de acordo com a divisão cultural, divisão funcional entre áreas sub e desenvolvidas economicamente e por fim, o último tipo de divisão e o mais abrangente da segregação é a separação por status hierárquico.

Na mesma sintonização de análise, observa-se que segregação socioespacial está presente na produção e reprodução das relações construídas e materializadas na cidade. Considerando essa abordagem, Carlos (2007) argumenta que o uso e domínio do solo urbano corrobora para a fragmentação de diferentes espaços e este se constrói e reproduz de maneira desigual e contraditória, entre os espaços da cidade.

O espaço urbano como produto social, em constante processo de reprodução, nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõem montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento (Carlos, 2007, p. 56).

Aliado a essa concepção, Negri (2008) traz no seu discurso que a cada legado a estruturação social está intimamente consolidada na origem da cidade e isto, é refletida através das relações sociais, sobretudo, na humanização do espaço urbano, como cenário da segregação residencial na construção de cada espaço físico na sociedade, concretizando principalmente a diferenciação do poder econômico e geográfico da população.

Em uma mesma aproximação, Villaça (1998) observa que a cidade é dívida em partes centrais e periférica. Em que, no centro concentra os meios mais desenvolvidos de bens, serviços, poder público e privado. Enquanto, a periferia reserva os piores locais, recursos e infraestruturas. Seguindo uma mesma ordem de entendimento, Corrêa (1989) afirma que independentemente de qualquer cidade seja ela, metrópoles ou zonas imediatas existirá áreas urbanas divididas geograficamente entre as classes sociais que ali habitam.

Nesse sentido, Castells (1983) argumenta que a distribuição espacial da população nos espaços da cidade entre os bairros mais procurados e com baixo poder aquisitivo e os mais desenvolvidos com elevados padrões é um reflexo de imediato das desigualdades econômicas imposta pelo sistema de capital que determinará o nível social que cada indivíduo poderá produzir o seu próprio espaço.

Partilhando dos mesmos ideários Roma (2008), traz a abordagem que a segregação socioespacial de um número X da população é resultante das disparidades sociais evidenciadas no sítio urbano pela maneira de como ele é produzido, estruturado e organizado, devido a distribuição geográfica dos habitantes esses espaços são submetidos a diferentes usos e apropriação do solo.

Em resultado disso, Harvey (2004) menciona que no espaço urbano há diferentes implementações geográficas impulsionadas pelo capitalismo que implicará nos mais diversos tipos de divisões de classes sociais, culturais, econômicas etc., no âmbito da dinâmica da relação de espaço-sociedade.

Nota-se uma contradição em detrimento das relações do capitalismo de produção que constitui- se na dinâmica de produto, condição e meio. Conforme o pensamento de Arroyo (2006), de fato há uma divisão socioespacial existente na malha urbana de acordo com o poder aquisitivo, o que dá possibilidades aos habitantes de escolhas das áreas às quais querem habitar e frequentarem, levando dessa forma, a fragmentação do espaço urbano que concentra habitações de luxos em parte da cidade e em outra parte estão localizadas as moradias periféricas.

Essas diferenças acontecem quando se levam em consideração a inserção da produção do espaço urbano a criação de espaços centrais com grandes estruturas de serviços, comércios e logísticas que redefinirá as formas e funções segundo a lógica de produção do capital, sendo com que, outras áreas da cidade percam a credibilidade e ao ponto de ter denominação de pontos marginalizados e pobres.

Com base no posicionamento de Rodrigues (2010) ao afirmar que a separação entre a população da cidade segue o padrão de separação espacial e social entre pessoas ricas e pobres consolidando como processo historicamente construídos, em face da acumulação de bens materiais. Santos (1979) corrobora com esse pensamento ao enfatizar que o espaço urbano vem crescendo continuamente e para esse crescimento há agentes que assumem o papel de distribuição geográfica no espaço urbano evidenciada pela segregação socioespacial e desigualdades econômicas baseadas na apropriação do espaço:

Sistema econômico é discriminatório, portando a segregação socioespacial pode ser vista como uma forma disfarçada de discriminação social tendo como premissa sua condição econômica sobre o território diante do contexto sociopolítico e na forma de distribuição da população urbana baseada em aspectos econômicos, torna-se critérios importantes para a separação entre os diferentes agrupamentos sociais que assumem no espaço urbano uma disposição bem definida (Santos, 1979, p.152).

Deste modo, Castells (2000) reforça essa percepção ao pontuar que aquisição financeira é dos principais fatores que contribuem para a distribuição espacial da população em locais sub ou desenvolvidos no espaço citadino. Desse modo a estratificação e diferenciação de poder financeiro é visível nas contradições sociais na cidade através da segregação socioespacial no sítio urbano.

A segregação espacial é uma nota da paisagem urbana, gerada por distribuição de renda no processo produtivo. A questão da moradia nas cidades evidencia bem este quadro, marcado pelas diferenças entre as várias zonas de residência, existentes numa mesma cidade. As diferenças de habitações, vão desde o simples lugar debaixo da ponte ou no banco da praça até os suntuosos palacetes e lindas mansões, dos condomínios fechados ou das "zonas nobres" das cidades. As contradições se tornam explícitas no espaço (Vieira, 2005, p.36)

Em consequência, a produção do espaço urbano encontra-se associado à tendência capitalista de produzir e reproduzir formas, funções e estruturas no espaço citadino. A partir dessa manifestação no círculo social, acabam resultando na segmentação de espaços centrais e periféricos gerando contradições socioespaciais entre áreas ricas e pobres.

3 EVOLUÇÃO DO CONCEITO “CIDADE PEQUENA”

Entender as nuances do espaço urbano e seu movimento a partir da perspectiva de produção, torna-se condição essencial para compreensão das transformações que ocorrem na essência de uma cidade pequena. O que infere compreender de antemão a normativa conceitual de cidade pequena, sabe-se que a conceituação faz parte da compreensão da realidade do espaço e a partir deste desfecho atrelar essa concepção que o espaço se produz e reproduz de maneira contraditória e desigual ao longo de processos históricos e sociais da construção humana.

Soares (2009) pontua que os debates sobre pequenas cidades ganharam destaques recentemente no mundo acadêmico. Pois, anteriormente apenas as grandes e médias metrópoles eram destacadas pelos pesquisadores. Por isso, de acordo com Melo (2008) o próprio conceito de cidade é engessado de inúmeros desafios de enquadrar uma discussão assertiva na conceituação de urbe de pequeno porte.

Seguindo esse padrão de busca da conceituação de cidade pequena, Silva (2018), evidencia que diante de poucas produções acadêmicas referente a esta discussão, o único conceito cabível para se referir a pequena cidade está associado aos atributos de extensão territorial e ao contingente populacional.

No entanto, Fresca (2010) cogita que a primeira aproximação com a conceituação de cidade de pequena refere-se a um conjunto de áreas habitadas que contêm um número X de habitantes. Seguindo a mesma analogia, Andrade (1998), pontua que a classificação de urbe de pequeno porte quase sempre considerava os critérios de tamanho espacial, populacional e a oferta de serviços essenciais somente para subsistência de sua população.

Apesar de que, Maia (2009) mobiliza que a quantidade de habitantes em que uma cidade apresenta é um dos fatores que a designam, mas não deve-se atentar somente a este critério em específico, pois, é importante rever os aspectos determinantes de maior ou menor crescimento urbano uma vez que estes iriam apresentar funções distintas e necessidade diversas. Conforme o autor aponta,

Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes há ainda muita discrepância entre estes espaços (Maia, 2009, p. 145).

Nessa conformidade Santos (1989) e Pereira (2007) associam que para considerar uma cidade como pequena, ela deve ter até no máximo 20.000 mil habitantes. Partindo disso, Bernardelli (2004) concorda com os autores supracitados ao enfatizar que as cidades pequenas são aquelas que apresentam uma população com menos de 30.000 mil habitantes. Em

contrapartida, Corrêa (1999) considera um *locus* pequeno como “pequenos centros” e “pequenos núcleos” contendo aproximadamente uma população máxima de 50.000 mil pessoas.

Desse modo, Maia (2005) aponta que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza alguns critérios para classificar uma cidade como o contingente populacional para separar cidade em grande, média e pequena. Com isso, o IBGE classifica atualmente uma cidade pequena como sendo um aglomerado urbano com até 50 mil habitantes.

O estudo de Silva (2011) compreende que cidade pequena recebe a denominação como sendo aquela que apresenta uma estrutura com menos complexidade que as cidades de grande e médio porte, e que abrange apenas as demandas essenciais para a vida, da produção e reprodução do espaço.

Nessa perspectiva, Santos (1981) propõe que cidade pequena é aquela denominada como cidade local, pois, consiste em núcleos urbanos que fornece apenas o necessário para a vida da população, considerando as dinâmicas que recorrem ou recebe de outras cidades benefícios em seu espaço.

Em uma pesquisa desenvolvida por Leão (2010) aponta que denominar uma cidade somente pelo aspecto demográfico é muito problemático. Logo, o contingente populacional não a definirá como pequena ou não. No entanto, não deve-se desconsiderar esse fator, mas trabalhá-lo juntamente com outros aspectos administrativos, econômicos, políticos e sociais.

Nesse sentido, Coutinho (2011) menciona que o entendimento de como se denomina uma cidade em pequena está diretamente ligada a concepção do “urbano”, pois muitas das vezes um pequeno *locus* encontra-se em processo de aglomeração no sistema citadino, no entanto, este não corresponde às próprias condições que a classifique enquanto cidade de pequeno porte. Onde o urbano ainda segue uma visão materializada ao modo de vida rural, deferindo da habitualidade urbana, o que reflete aos pretextos culturalmente rurais dos que residem na cidade.

Por conseguinte, Fernandes (2018) enfatiza que a discussão acerca do que é uma cidade pequena não deve estar contida na quantidade máxima e mínima de habitantes dentro núcleo da urbe. Considerando este ponto de vista, Endlich (2006) explica que a conceituação e caracterização de pequena cidade deve prevalecer sobretudo, os critérios de Divisão Internacional do trabalho (DIT), sistema econômico e a capacidade de consumo, a partir do momento que este entra em circulação de produção e comercialização.

Na perspectiva de Bacelar (2008) a pequena cidade seria o local onde os habitantes se conhecem pelo nome, há sintonia de aproximação entre famílias em eventos ou encontros nas residências e trabalhos, ainda há nessas cidades locais a inexistência de transportes coletivos intraurbano, devido os bairros e lugares terem uma grande aproximação um ao outro. Diante da mesma narrativa, Endlich (2011) refere-se à cidade pequena como *lócus* subjetivo, aconchegante e tranquilo de se viver, sem grandes problemas em comparação às grandes metrópoles.

Para além dessa concepção, Alves e Silva (2015) apontam que as cidades de pequeno porte são inúmeras no solo brasileiro e possuem um papel significativo junto as grandes e médias cidades existentes na rede urbana. Nesse mesmo sentido, Manfio (2021) ressalta que as pequenas cidades possuem suas singularidades e estas irão manter vínculos particulares com outras urbes na rede urbana a qual está inserida, bem como, apresentar sua própria autonomia.

Considerando esse ponto de vista, Manfio (2019) acrescenta que as pequenas urbes estão conectadas com outras pequenas e grandes metrópoles, onde iram exercer papéis e funcionalidade de bens, serviços, moradias, pontos turísticos, espaços industriais e funções agrícolas para o desenvolvimento regional e da própria dinâmica interurbana.

Para tanto, Coutinho (2011) salienta que as pequenas cidades não se limitam somente à escala local, e nem mesmo aquelas que só oferecem os serviços essenciais para população residente na zona rural do município abrangente. Isso ocorre devido a uma análise erroneamente entrelaçada pelo senso comum que designa uma visão interiorana que reflete na cultura predominantemente rural de inexistência de centros urbanos. Independentemente da dimensão em que se encontra na rede urbana, também terá o poder de aumentar a articulação com outras metrópoles, incluindo as de pequeno porte.

De acordo com os estudos de Corrêa (2011) existem infinitas maneiras de referir a uma cidade pequena. Este deixa claro no seu discurso que uma pequena cidade varia de inúmeros processos formativos que a designam o seu papel dentro da rede urbana economicamente, socialmente e politicamente.

Ainda segundo Corrêa (2011, p. 6-7), esses processos formativos estão associados aos seguintes critérios:

- a) de um habitat concentrado do primário e do secundário; b) de um núcleo de povoamento, onde sua população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços; c) de um núcleo dotado da função de sede municipal; d) por um centro local que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia. Completa ainda o presente autor que o limite superior do tamanho

demográfico da pequena cidade estaria em torno de 10.000 habitantes em algumas regiões, menos em outras; e) As pequenas cidades brasileiras constituem um universo muito variado quando se considera um conjunto de características associadas aos núcleos urbanos e às suas hinterlândias.

Na abordagem de Paiva (2017), a cidade pequena é envolvida de espaços heterogêneos, tanto no que se refere ao seu aspecto físico quanto nas relações em que elas mantêm entre si e entre outras cidades de influência na rede urbana. Nisso, cada *lócus* apresenta suas singularidades e particulares a que as tornam únicas em detalhes, especificidades e funcionalidades.

Mediante a evolução conceitual do termo cidade pequena e dilemas conflituosos na sua definição durante anos, o tema passou a ganhar sua significância nos debates geográficos por diferentes pontos considerados irrelevantes em décadas anteriores. Para tanto, por mais que uma cidade muitas das vezes seja conceituada pelo seu contingente populacional está ainda, possui sua dinâmica corporativa, social, cultural, histórica e econômica, assim como qualquer outra cidade está tem sua importância na esfera geográfica.

3.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM UMA PEQUENA CIDADE

O processo de urbanização citadina está diretamente ligado aos interesses do capital. Para isto, precisamos compreender como a urbanização se tornou elemento de relevância na estruturação das formas das relações sociais de produção em cidade pequena, com base na confluência da atuação dos agentes produtores do espaço urbano.

Da mesma forma, que estes visam a inserção do sistema capitalista, estes possibilitam a materialização de objetos e estratégias isoladas ou em conjunto em um *lócus* urbano de pequeno porte. Ademais, o processo de urbanização contribui para a redefinição da produção espaço urbano. Sobretudo, ao que se caracteriza-se como um fenômeno de concentração demográfica, produção do espaço e ampliação do sítio urbano com implementação de habitações e loteamentos, financeirização e circulação da especulativa imobiliária. Para Lopes (1998), as facetas da urbanização devem-se ao processo migratório, ou melhor, ao êxodo rural que contribuiu para a saída de milhares de pessoas rumo aos centros urbanos, o que favoreceu a expansão da cidade em decorrência da concentração demográfica.

No entanto, essa nova realidade decorrente do processo de urbanização contínuo e ao mesmo tempo lento gerou uma organização interna entre as urbes de grande, médio e pequeno porte aferindo sobretudo, no surgimento de problemas e diferenças sociais, econômicas e estruturais.

Dantas (2019), analisa o processo de urbanização a partir da pressuposição de relevância adquiridas nas últimas décadas em diferentes tempos e escala como forma de compreender como a produção do espaço se materializa sob a lógica do modo de produção capital fixo. O autor ainda afirma que o que muda a partir da industrialização é a abrangência de escala no processo de urbanização ao inserir formas, e conteúdo na organização citadina. Além do que, a urbanização tornou-se um elemento irrefutável na construção das formas e como estas se materializam, estruturam e reproduzem as relações sociais de produção no tempo-espaço, ou melhor dizendo, a cidade é parte de todo o processo de expressão material ligada a esta produção.

A partir disso, deve-se compreender qual o papel desempenhado pelas cidades diante do processo de urbanização induzido pela produção do espaço. Então, Soja (1993) corrobora com essa noção ao evidenciar que a cidade passou a ser observadas em todas as suas esferas não apenas no que diz respeito ao seu papel distintivo de núcleo de produção e acumulação industrial, mas como efêmeras do controle da reprodução social do capital, induzidas pela divisão do trabalho, troca e dos padrões de consumo.

Nesse contexto, Moreira Junior (2014) dialoga que o primeiro impasse de compreensão da produção do espaço encontra-se na interpretação do “urbano” e “cidade” enquanto parte essencial na construção de uma cidade. Ao buscar compreendê-lo através das formas envolvidas no espaço urbano, é necessário recorrer a ciência geográfica, mas especificamente aos ensaios da Geografia Urbana para entender as relações sociais e espaciais desenvolvidas no meio/espaço pela ação humana.

Seguindo essa concepção Moreira Junior (2014), afirma que através dessa subdisciplina geográfica é possível compreender as esferas que estão por trás da urbanização no solo citadino. Todavia, a urbanização no espaço urbano começa primeiramente pelo reconhecimento da imposição de novas formas de produção, transformação e estruturação do sítio urbano, mediante a articulação dos papéis exercidos pelos atores sociais envolvidos na construção e materialização da cidade.

Em primeira instância, Singer (1977) discorre que a integração do espaço urbano, assim como, a sua produção deve remeter a possibilidade de estabelecer uma análise sobre cidades pequenas é de extrema relevância considerar o entendimento do que ele denomina de “economia política da urbanização”, referindo-se à repartição territorial entre a cidade e a região ao estabelecer serviços, bens e empregos ofertados nos centros urbanos. Enquanto isso, Santos (1994b) enfatiza que essa compreensão de cidades pequenas é vinculada ao chamado processo “economia política da cidade”, sobretudo, corresponde a forma como a cidade se organiza

internamente a partir da relação de produção com os agentes sociais que engendra a vida urbana, em instante na urbe.

A cidade, como forma concretizada do processo de urbanização, é um produto e condição de (re) produção de uma sociedade. Ela é produzida por agentes sociais concretos – pertencentes às esferas privada, pública e à sociedade civil – com práticas, ações e estratégias que, ora se combinam ora são contraditórias (Moreira Junior, 2014, p.47).

Dentro desse pressuposto, ressalva que a cidade se faz como processo de urbanização que unifica-se pelo conjunto de construções, atividades e população conectados no mesmo espaço. Para Clark (1991) a urbe seja qual for é percebida e objetivamente definida a partir da ocupação da área central da pequena cidade:

As imagens públicas são tecidas de maneira a salientar a familiaridade do território de moradia, a área central, e os trajetos entre os dois. Os principais marcos urbanos tendem a dominar a imagem coletiva, e as áreas centrais são percebidas muito claramente, provavelmente porque é a parte da cidade mais visitada pela população urbana como um todo (Clark, 1991, p.43).

No entendimento de Santos (2003), o processo de urbanização em cidades seja ela de grandes metrópoles ou de pequeno porte é mutuamente o resultado e condição imposto pela a difusão do sistema capitalista em decorrência do tempo e formas de materialização dos objetos, setores econômicos e sociais.

Para além disso, os autores França, Costa e Fonseca (2019) abordam que as dinâmicas contemporâneas geradas pela sociedade concebem a urbanização brasileira, tendo como foco principal o crescimento e desenvolvimento das pequenas cidades engendradas nas funções que cada uma exerce na rede urbana brasileira.

Como apontado por Wanderley (2001), as cidades pequenas seriam um reflexo estereotipado do rural, reproduzido pelo o processo lento e contínuo da urbanização e dinâmicas sociais estabelecidas pela concentração de pessoas. Como ilustrado pela autora, o rural se manifesta nas cidades pequenas a partir das interações de convívio, hábitos, costumes de um espaço pouco habitado “povoamento reduzido e à predominância das paisagens ‘naturais’ e das relações de interconhecimento” (Wanderley, 2001, p.15).

Para Sposito (2006, p. 219-220), as relações contidas em cidade pequena são evidenciadas pela sua dinamicidade geográfica que irá defini-la como urbana:

As pequenas cidades têm sua dinâmica comandada por uma estrutura urbano-industrial, o que significa dizer que “o comando vem do urbano”, ainda que não apresentem uma multiplicidade de papéis identificada com aquilo que atualmente é considerado como urbano.

Nesse contexto, Moreira Junior (2014) evidencia que o processo de urbanização não sucedeu de forma uniforme em todas as regiões brasileiras, especificamente em cidades pequenas, se tratando de um processo contíguo e diferenciada de pequenos núcleos parcos de recurso e na produção de espaços em diferentes escalas espaciais. Segundo este autor, mesmo que o processo de urbanização não aconteça uniformemente nos diversos centros ou núcleos espaciais, a população estará vivendo daqui a alguns anos em urbes urbanizadas independentes do tamanho territorial e demográfico.

Os estudos de Lefebvre (2004; 2015), menciona que o processo de evolução das cidades vai além dos acontecimentos de ausência da urbanização até uma abordagem mais ampla do que vem a ser o “urbano”. Ele associa este feito a partir da seguinte constatação dimensional espacial e temporal da sociedade urbana “Espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da prática e da história (Lefebvre, 2004, p. 20)”.

Mediante ao posicionamento de Harvey (2004), a urbanização está acentuada no processo socioespacial que envolve diversos atores com os mais distintos objetivos e compromissos, que se articulam a partir de processos sociais e práticas espaciais de produção como a construção de formas e espaços produzidos e estabelecimentos de arranjos administrativos, políticos e institucionais.

Partindo dessa perspectiva, Santos (2004) explica que esse reflexo constante de modificações que ocorrem no espaço urbano, se deve na sua maior faceta a problematização das construções de objetos artificiais que a cada segundo ou minutos são inseridos no corpo da urbe. De um lado, observa-se que há um condicionamento da produção do espaço gerada pela ação dos objetos e, do outro lado, diz respeito a inserção de novos objetos construídas a partir das dinâmicas de acumulação do capital, que leva a necessidade de produzir o espaço urbano tornando-o um produto social.

De acordo com Harvey (2011), a produção do espaço é decorrente da tríade de diversos fatores que internalizam ação mutável de transformação da natureza primeira para a segunda natureza, como também, mantém conectado diretamente a égide do sistema capitalista. Enfim, o processo de urbanização é dominado pelo poder do capital ao exercer influência na forma como o espaço será produzido. Parafraseando com Harvey (2011), Dantas (2019) afirma que o

processo de urbanização é sobretudo uma efetivação da acumulação do capital, sendo o espaço urbano seu alvo de movimento e intervenção para a realização da produção citadina.

Contudo, Sposito (1999) sublinha que o espaço urbano a todo momento passa pela a redefinição das formas espaciais na cidade. Entretanto, essas formas espaciais não abrangem somente as mudanças econômicas, políticas, sociais ou culturais, mas, ao contrário, há uma inteira articulação das formas espaciais no processo de produção em que a cidade se efetiva na dinâmica de espaço-tempo como produto, condição e meios das ações socioespaciais.

Como consequência desse processo, pode-se observar que ao longo do século XX no Brasil, que a urbanização passou a se inteirar na transformação do espaço urbano nas cidades brasileiras, principalmente nas grandes metrópoles e pequenas cidades, fazendo um novo contraste na formação socioespacial das urbes. Para isto Brito e Pinho (2012), evidenciam que um dos fatores por trás do acelerado processo de urbanização das cidades e das construções da esfera urbana, se deu sobretudo, pelo o acrescido movimento de migrações internas, ou melhor dizendo, o excedente êxodo rural-urbano.

É impossível não considerar esse movimento migratório como parte do processo de urbanização como pressuposto na caracterização de mudanças na própria dinâmica socioespacial. Nesse contexto, Costa (2000) aponta que o processo de urbanização brasileira ao decorrer dos últimos anos está associado ao grande movimento demográfico para as áreas urbanas, aliado ao intenso processo de dispersão/ inserção de novos espaços, assim como, a atuação e produção de agentes sociais no espaço citadino.

Seguindo esse padrão de discussão, Dantas (2019) discute em sua tese que um dos efeitos do processo de urbanização brasileira não está somente associado ao quesito de crescimento das cidades a partir do aumento demográfico ou pela expansão territorial de grandes metrópoles, de urbes de médio e pequeno porte. Mas, das transformações socioespaciais das formas, funções e conteúdo no espaço urbano.

Nessa perspectiva de analisar o espaço urbano, devemos recorrer ao momento em que homem estabelece relações com o lugar onde habita, transformando-o e moldando-o o espaço natural em áreas com distintas funcionalidades, passando então a ser o protagonista da criação de condições econômicas, sociais, políticas e culturais. Essas condições criam funções de complexidade entre os objetos e atores que integram e realizam as dinâmicas no espaço urbano em diferentes tempos e espaços na constituição das cidades.

4 BARÃO DE GRAJAÚ-MA ENQUANTO CIDADE PEQUENA: EVOLUÇÃO URBANA

Segundo os estudos de Silva (2005) a dinâmica urbana e geográfica do município de Barão de Grajaú começa a se estruturar enquanto cidade em meados de 1911, dessa forma, considera-se como princípio de interesse e início o processo de urbanização as primeiras construções socioespaciais e a ocupação do solo citadino na estruturação do município

A autora remonta que o processo de formação e ocupação territorial onde se situa o município de Barão de Grajaú ocorreu em sentido Leste-Oeste, ou melhor dizendo, do Piauí para o Maranhão, proporcionando ao município a sua organização socioespacial e povoamento como parte da construção da identidade baronense. Todavia, a delimitação das terras que hoje corresponde o atualmente o *locus* baronense obteve a sua efetivação firmada no final do século XIX.

Segundo dados documentados por Silva (2005) na sua dissertação “Relatos historiográficos e memórias da travessia do Rio Parnaíba: a educação baronense e a busca pelo sistema escolar de Floriano, no Piauí (1940 - 1970)”, após a criação do Colônia Rural Pedro de Alcântara a cidade vizinha fazia parte dos limites de São Francisco do Maranhão denotando o espaço geográfico pouco desabitado.

O marco fundamental para a povoação de Barão de Grajaú foi a criação da Colônia Rural de São Pedro de Alcântara em 1871, na margem direita do rio Parnaíba, na província do Piauí. Até então o espaço em estudo apresentava-se em condições naturais, não tendo grandes modificações pela ação do homem e se encontrava subpovoado (Silva, 1992, p.19).

Para Silva (2005), a cidade de Barão de Grajaú eram glebas em processo de povoamento, que já se mostrava um *locus* de grande relevância para a população local. Após alguns anos o que era tido como “Povoado” passa a ter a categoria de “Vila” estabelecida através da Lei Estadual nº 345, de 17 de maio de 1904. O que tudo indica a ocupação do solo baronense está vinculada a dois fatores importantes: o primeiro diz respeito a sua posição geográfica e as condições do solo que favoreceu o comércio, cultivo da lavoura, a criação de gado, extração do babaçu e a produção da cera de carnaúba. Ainda segunda a autora (2005, p. 109):

Nos anos 1940 e 1950 há indícios, da existência em Barão de Grajaú, de uma estrutura social e econômica em transformação, onde o comércio ganhava destaque na economia local; no entanto, a maioria da população praticava o extrativismo vegetal, o cultivo de produtos agrícolas e de pequenos serviços. Os poucos comerciantes que havia no Município tinham vínculo com a política e com a administração municipal.

Segundo Silva (1992), o primeiro ponto de referência que surgiu durante o município enquanto Vila foi a construção da capela de Santo Antônio do Pádua, padroeiro da localidade baronense. Todavia, os primeiros pontos residências foram construídos nas imediações da capela e do rio Parnaíba umas próximas das outras formando uma rua no sentido norte-sul. Diante da passagem do tempo, essas construções acabaram sem danificadas restando poucos vestígios de habitações históricas que ainda se fazem presentes na cidade.

Para autora, assim como qualquer outra cidade maranhense ou piauiense, Barão de Grajaú se organizou na proximidade do rio Parnaíba. Sendo que, a parte principal que constituía o local era fundação da igreja de Santo Antônio, a prefeitura/ câmara municipal e a cadeia. Este se constituía os símbolos de poder local de maior influência desde a sua ocupação.

No decorrer dos anos o município passa pelo processo de autonomia política e independência enquanto cidade sede, vigorada pela a Lei nº 557 de 18 de março de 1911, que determinou o desmembramento entre São Francisco- MA e Barão de Grajaú- MA, fazendo com que a cidade desenvolvesse seu próprio papel na rede urbana.

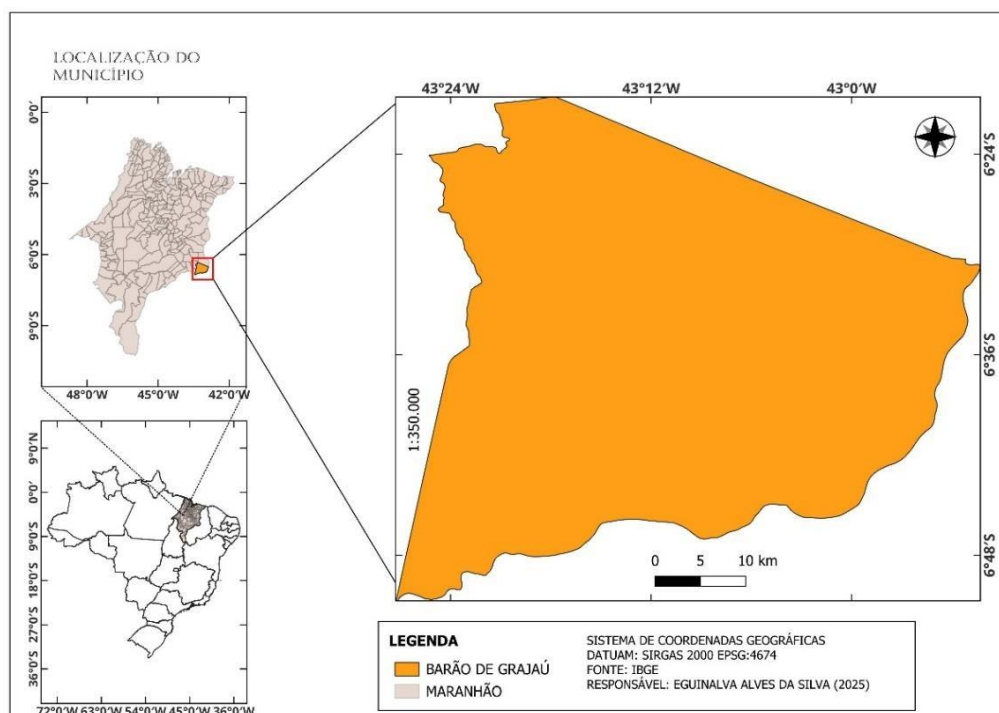
O município recebe a denominação de Barão Grajaú, em homenagem ao Presidente da província que abrangia estas terras, Dr. Carlos Fernandes Ribeiro, O Barão de Grajaú assim chamado, nome dado pelo piauiense Agapito Alves de Barros, que deu impulso a vida comercial do povoado, primitivamente centro de lavoura (IBGE ,1959, p.65).

Neste período o município baronense começa a criar a sua própria organização socioespacial, denotando o surgimento dos núcleos urbanos, comércios, serviços, polos educacionais e infraestruturas em processo de acabamento, o que trouxe a cidade a consagração inicial do processo de urbanização. Esse enquadramento inicial urbano deve-se ao processo de migração que proporcionou o aumento populacional da urbe baronense.

De acordo com Silva (2005), em meados de 1946, a cidade baronense foi contemplada com a construção da avenida Mário Bezerra, se fez relevante no período, pois se consagrava como porta de entrada ao porto dos pontões e canoas que interligava a cidade de Floriano-PI. Em 1950 teve-se a construiu a BR-230 que conectava Barão de Grajaú no sul do estado a capital. Outro marco fundamental não só para a cidade maranhense, mas também para piauiense foi a construção da ponte em 1978 que facilitou a mobilidade entre as duas cidades.

Com base no último censo do IBGE (2022), o município baronense (Figura 1) possui uma população de 18.984 habitantes, estando na 92ª posição em relação ao quadro populacional dos 217 municípios maranhenses compreende uma área territorial pequena de 2.209,414 km². Este ainda possui uma densidade demográfica de 8,59 habitantes por Km², assim como, apresenta uma notoriedade de PIB per capita de R\$ 14.115,69.

Figura 1- Localização do Município de Barão de Grajaú- MA



Fonte: Silva (2025).

Dessa maneira, ressalva que Barão de Grajaú- MA é considerada uma cidade pequena em virtude da quantidade de sua população, além de, outros fatores corroborarem para a essa perspectiva como baixo potencial de consumo e a diversidade limitada de comércio e serviços. Para tanto, este é um município que depende da influência de alguns serviços da cidade de Floriano-PI.

Nota-se que durante as últimas décadas a urbe baronense vem passando pelo o processo de urbanização mediada sobretudo pelo processo de expansão e consolidação de novas áreas no tecido urbano e desenvolvimento de atividades comerciais, imobiliárias e demais serviços, fazendo com que o município assuma novos direcionamentos socioespaciais. O município apresenta uma fisionomia urbana distribuída em oito (8) bairros subdesenvolvidos e periféricos

e conta com a presença de loteamentos em alguns deles, o que tem gerado a produção do espaço urbano direcionando reflexos diretos na dinâmica do município.

Nesse contexto, Moreira Junior (2014) explica que as urbes são compostas por bairros cada vez mais afastados e descontínuos espacialmente, que irão influenciar no processo de produção do espaço citadino traçando uma linha irregular entre espaços vazios e ocupados. Assim, essa tendência de expansão citadina vai consequentemente gerar formas urbanas, espacial e socialmente descontínuas.

Mediante ao entendimento das circunstâncias de ocupação e efetivação da condição de vila até a elevação de status para cidade-sede, será direcionado um olhar mais abrangente ao processo de produção do espaço urbano no bairro Vereda Grande a partir de dois fatores de influência na ocupação do solo e produção do espaço enquanto mercadoria-capital.

4.1 O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO: NA PERSPECTIVA DE LOTEAMENTOS NO BAIRRO VEREDA GRANDE:

Para a discussão do recorte espacial, foi considerado um intervalo de tempo de 2010 a 2024 como ponto inicial de análise do aumento do processo de produção citadino do bairro. O reflexo dessa produção urbana encontra-se visivelmente exposto na transformação da paisagem primeira (natural) para a segunda (transformada pela ação humana) que caracteriza a construção identitária do bairro.

Por conseguinte, deve-se observar que a paisagem urbana de uma adjacência revela-se nas relações e aspectos sócio-históricos construídos pelos seus residentes ao longo dos anos. Souza (2018) enfatiza que a composição identitária de um bairro é construída de maneiras objetiva e subjetivas dos indivíduos que habitam determinados espaços. E a partir das interações desenvolvidas entre a sociedade / espaço, que o bairro será produzido de acordo com o “conteúdo”, a que se refere a percepção composicional da esfera social, em dividir espaço entre grupos sociais de acordo com capital financeiro; interacional que decorrem das relações mantidas em grupos/ individuais; e a simbólica que seguem a produção de subespaço construído, percebido pelos sentimentos de cada morador que estabelecem uma visão de apego ao *locus* que habita.

O espaço citadino do bairro Vereda Grande tem ganhado uma nova ressignificação local de uma paisagem em processo de urbanização. Para tanto, a dimensionalidade que cede o caráter urbano ao local, é vinculado a uma produção de ambiente periférico. Isso acontece devido a ação dos agentes promotores do espaço, que protagonizam interesses mútuos de

produzirem lugares carentes de infraestrutura e desvalorização desigual do solo urbano, sobretudo aqueles abastados/ periféricos da cidade.

Na estimativa de Pereira (2002), a concepção de um local periférico refere-se aos pontos longínquos do centro da urbe, possuidora de poucas infraestruturas e compostas por produções socioespaciais de loteamentos.

A noção de áreas periféricas refere-se a um espaço homogêneo, em termos de conteúdo social e espacial, que apresenta um padrão de produção do espaço caracterizado pela produção de loteamentos populares associados à autoconstrução (Pereira, 2002, p. 23).

Todavia, o principal interesse da atuação desse ator urbano no bairro está associado ao acúmulo aquisitivo e ao lucro inestimável a vendas de um terreno em áreas desprovidas de desenvolvimento que futuramente iriam dar base econômica aos financiadores e promotores imobiliários.

Conforme Rodrigues (1991), essa forma de produção do solo urbano está associada a especulação imobiliária, que a partir da fragmentação de lotes põe-se a vendas em pontos longínquos:

[...] A mais comum refere-se ao interior da área loteada e diz respeito à retenção deliberada de lotes. Em geral, vende-se inicialmente os lotes piores localizados [...] para em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar-se os demais a venda (Rodrigues, 1991, p. 21).

Diante dessa premissa de produção cidadina, observa-se que por mais que há uma visão de ampliação do solo urbano em todas as dimensões, há também umas grandes disparidades de planejamento dos locais para construção de habitações, lazer e infraestrutura que contemple as necessidades básicas da população como segurança, saneamento básico, água potável, pavimentação e vias de circulação em todo bairro.

Essas disparidades que ocorrem na produção do espaço em loteamentos ou espaços centrais periféricos decorrem do descumprimento do Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é um elemento essencial para detalhamento na organização e reorganização espacial da população, distribuição de terras e ocupação do solo no espaço urbano (Freitas, 2022).

É um instrumento jurídico que pode contribuir para o ordenamento do território e do espaço urbano. O poder público municipal está mais próximo da realidade dos cidadãos, sendo o responsável direto a promover a organização territorial da cidade por meio do planejamento, controle do uso, loteamento e ocupação do solo (Freitas, 2022, p. 18).

Apesar de que, exista este instrumento legal de planejamento urbano muito se atém na organização dos diversos espaços fragmentados da cidade pautados na infraestrutura que a eleva a ser mais valorizada do que outras. Podemos assim inferir que isso se dá diante de dilemas de planejamento e gestão urbana na produção e organização espacial em qualquer área geográfica sustentada pelos os sujeitos sociais e movida pelo sistema capitalista.

Sob esse viés, vale ressaltar a importância do Plano Diretor no controle do uso do solo no município que visa o monitoramento do crescimento urbano vertical ou horizontal. Diante disso, Bernardy; Zuanazzi; Monteiro, (2008); Da Silva, (2008) ressaltam que o Plano Diretor é uma Lei complementar de suma relevância, pois este prediz as diretrizes e as orientações necessárias e as etapas a serem seguidas para o desenvolvimento planejado do município, sendo este uma esfera política municipal e não de governo.

Na atualidade, o planejamento de um município por meio do Plano Diretor se caracteriza por três esferas: a técnica, a legal e a política. A técnica está relacionada às informações locais que servem de base para a prospecção territorial; a jurídica diz respeito à análise de todas as condicionantes e características legais, em diferentes esferas; a política relaciona-se à mobilização comunitária, à participação dos gestores públicos, das entidades representativas e da sociedade, tanto no processo de elaboração quanto de fiscalização na aplicação do Plano Diretor. As dimensões técnica e política constituem os pilares do planejamento e da gestão do desenvolvimento (Bernardy, 2013, p. 13)

Essa é uma questão em que podemos articula o processo de produção e expansão citadina do recorte espacial, supracitado anteriormente. Assim sendo, a ação desses sujeitos no espaço urbano se sobressaiu na forma de atuação e influência da especulativa imobiliária, com foco no financiamento de habitações e na implementação de loteamentos.

No entanto, deve-se atentar-se nas dimensões e condições socioespaciais em que são criados os loteamentos no Bairro Vereda Grande. Pois, esse processo de criação parte de uma série de etapas a serem cumpridas para a construção de habitações regulares e promoção de vendas dos lotes.

A partir desta reflexão entraremos na discussão do crescimento do espaço urbano, do bairro Vereda Grande. Inicialmente o processo de expansão das áreas inabitadas do bairro foi direcionado, sobretudo, pela migração de pessoas da zona rural. Adiciona-se, que a maior complexidade espacial e geográfica se assemelha a elevada taxa de concentração demográfica atrelada ao processo de urbanização, que contribuiu para aumento de construções habitacionais e de loteamentos no bairro em estudo.

Segundo Meirelles (1976), loteamento urbano são espaços compreendidos por lotes de variadas escalas de tamanhos, inseridos na cidade como meio de urbanização que só irá se materializar pelo processo voluntário ou formal da terra em espaços livres de municípios ou em áreas de vias públicas. Nesse contexto, Antônio *et al.*, (2012) comenta que na esfera social brasileira, a presença de loteamentos é observada em conformidade com a dinâmica urbana contemporânea, a partir do discurso e práticas vivenciadas das mudanças na apropriação do solo urbano.

Ademais, a habitação para o sistema capitalista tem valor de troca, pois, qualquer pedaço de terra, torna-se uma mercadoria que pode ser vendida como qualquer outro produto, ou melhor dizendo, a habitação ocupa um lugar importante no nível hierárquico da reprodução do capital (Sakatauskas, 2015).

A primeira análise a ser considerada sobre o bairro Vereda Grande, corresponde à produção do espaço urbano a partir das novas demandas de construções de moradias nos arredores do *lócus* de pesquisa. Apesar de este, possuir um tamanho territorial consideravelmente grande, e nota-se que os empreendimentos ou a presença de habitações são construídas abastada do centro da urbe, onde localiza-se a maior parte dos serviços e estrutura comercial. Assim, evidencia-se que a estruturação urbana do bairro está em constante mudança da paisagem geográfica pela intervenção direta dos atores sociais.

À medida que há interesses dos agentes produtores do espaço em expandirem o solo citadino, consequentemente coibir a abertura de novas construções urbanas. Posto que, a atuação incessante desses agentes é o que move a produção urbana dentro do bairro Vereda Grande, fazendo com que ocorra a produção espacial interina, inclusive essa atuação irá gerar o consumo do solo privado e público, principalmente, para as construções de habitações na forma seletiva de espaços para atender as necessidades locais e dá continuidade ao processo de acumulação de áreas para reprodução do capital.

Com o crescimento do bairro, passou a existir uma pressão pela anexação de novas áreas para o uso e apropriação urbana e subsequentemente para um desenvolvimento, seja, desorganizado e articulado como é o caso deste recorte espacial. Sendo estes, inúmeros os desafios de organização do bairro, pois, as normas de infraestrutura de planejamento urbano não acompanham o seu desenvolvimento.

Ainda que haja um avanço no planejamento urbano do bairro, destaca-se que as qualificações de infraestrutura urbana são ineficientes aos habitantes locais, devido à falta de serviços básicos como ruas pavimentadas, distribuição e tratamento de água. Vale considerar, que o problema de habitação não está necessariamente associado ao acesso da casa própria, mas

à produção dos lugares. No aspecto geral, pondera-se, que a habitação urbana vai além de ser apenas moradia, como Maricato (1997), esclarece que habitação deve estar interligada às redes de infraestruturas (águas, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e incluir o apoio dos serviços urbanos tais como transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde e abastecimento.

É relevante frisar que o parcelamento do solo citadino é regido por Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que tem por obrigatoriedade contemplar infraestrutura básica ou mínima para atender o bem-estar do seu comprador, apresentando-o vias de circulação, drenagem urbana, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar.²

Acredita-se que para se produzir um novo loteamento este não precisa ter todas os seus espaços loteados ou estejam ocupados, logo, a produção ocorrerá de acordo com a demanda de procura, visando à formação e aumento do agente imobiliário, já que as glebas possuem valor e é uma mercadoria que é constantemente colocada no mercado à medida que envolve o interesse do capital (Lemos, 1999).

Contudo, os loteamentos presentes no recorte espacial estão interligados ao intenso movimento demográfico da zona rural e de outros municípios para cidade de Barão de Grajaú na última década, logrando um crescimento significativo de habitantes para o bairro Vereda Grande, o que fez dá início ao surgimento de três principais loteamentos designados como I, II e III. Entretanto, a produção urbana realizada pelo incremento desses loteamentos tem conexão direta com o produtor capitalista que tem posse da terra como meio de produção, colocando-o como mercadoria-lote do capital constante e materializado com anseio na valorização dos espaços próximos.

Pondera-se, que esse processo de êxodo rural para o bairro de estudo expressa-se diretamente com ao acaso da reprodução do capital que dá possibilidades para a expansão da área urbana. O acesso à habitação atualmente é influenciado sobretudo pelo preço da terra e consequentemente depende da localização dentro do espaço urbano (Maricato, 1997).

Para tanto, a inserção de loteamentos no bairro deve-se ter em vista a acessibilidade necessária para atender as necessidades dos habitantes do *lócus*. Nisso, Zmitrowicze e Neto (2013) discorrem que na implementação de loteamentos urbanos tem três aspectos ligados às

² BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em 24 de abr. de 2024.

infraestruturas que são direcionados para seu surgimento, tais como: as esferas social, econômica e a institucional. A primeira esfera deve abranger as condições básicas dos residentes como habitação, segurança, saúde, educação, trabalho e lazer. Já a segunda, a infraestrutura urbana dos loteamentos deve permitir o desenvolvimento econômico local como produção, comercialização e prestação de serviços. Na última esfera conta com a acepção da infraestrutura urbana a partir da promoção das condições básicas para o desenvolvimento das atividades políticas-administrativas de gestão da cidade.

Nesse sentido, Lourenço (2023), ilustra que a produção de loteamentos dentro do sítio urbano envolve o interesse do sistema capitalista de criar ou recriar mecanismo para a valorização de espaços para fins da reprodução do capital fixo. Os mecanismos por trás da valorização desses espaços são movimentos estratégicos, pois, hoje há áreas desvalorizadas, mas, futuramente elas irão se materializar no mercado como pontos de investimentos seguros para o custeamento de habitações e outros tipos de construções de logísticas, mercadológicas e serviços.

Em síntese, a produção do espaço urbano no bairro Vereda Grande é determinada pelo perfil de mudanças morfológicas da sua paisagem interina, a partir da interação das pessoas com o espaço, transformando a natureza em *locus* e em processo de urbanização pela ação do homem enquanto agente condicionante das ações sociais vivenciadas ao longo dos anos de organização social.

4.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO SOLO E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA NO BAIRRO VEREDA GRANDE

Nota-se que, a constituição do solo urbano do bairro tem se mostrado um evento contínuo de mudanças na paisagem urbana. Pode-se observar que essa construção paisagística do *locus* ganhou força na última década, permitindo visualizar um ambiente aparentemente valorizado. Conquanto, essa ação articulada do que vem acontecendo no bairro se dá por dois motivos: o aumento pela demanda de terra e pelos preços baixos dos lotes para aquisição por financiamento ou autoconstrução do usuário. Como denota Ribeiro (2021) os atores sociais interagem na esfera urbana sob a égide do capitalismo atual, exercem um papel de intensas alterações da lógica dominante, sobretudo, aquela mediada pelo domínio financeiro.

Com base nos anos citados, é possível afirmar que para a ocorrência dessa façanha de produção do espaço urbano no bairro está aliada aos atores sociais que exercem total influência na compartimentação de lotes, assim como, é inegável não considerar a participação dos

migrantes da zona rural ou de outras cidades ao construírem novos artifícios e contrastes interinos dentro dessa paisagem urbana.

Percebe-se que o processo de financeirização do espaço urbano, segundo Abreu (2019), tem uma relação de interseção com a especulativa imobiliária que acaba promovendo a realização imediata da lógica de valorização interina do espaço citadino em função da produção do ambiente construído e projetado, para fins de ganhos futuros sobre a renda auferida das glebas do setor imobiliário ou mesmo pela condição criada pelo mercado de possibilitar o indivíduo procurar o instancias para financiar novas formas de habitações.

Para Abreu (2019) o espaço urbano de uma cidade é acompanhado pelo o processo de produção habitacional construído pelo mecanismo de financeirização a partir da captura da propriedade e a habitação estruturada pelo mercado imobiliário:

A ideia da financeirização do espaço traduz-se, no Brasil, pelo alargamento dos contextos derivados de arranjos institucionais e produtos financeiros que gradualmente ganham complexidade, fluidez e abrangência territorial, assumindo, assim, a dimensão normativa e o campo da ação para o exercício hegemônico da transformação da propriedade em um ativo financeiro (Abreu, 2019, p.190-191).

Grande parte da produção citadina que vem acontecendo no bairro é recorrente dos agentes sociais que facilita a intensificação de novos substratos socioespaciais, ficando inerente aos desejos do capitalismo, sobretudo, pela ação objetiva em expandir os lucros. Para Ferrari (2009), por trás dos atuação dos promotores imobiliários, há um interesse principal na valorização do capital. O que implicará no aumento da procura pela terra e a tornará um item extremamente cobiçado.

Corrêa (1989) ressalta que os promotores imobiliários são mecanismos de extrema relevância na produção do espaço urbano ao atuarem em todas as fases de mudanças, localizações e posições geográficas no espaço urbano, condicionando o uso e produção das glebas urbanas.

Observa-se, que a atuação do ator social imobiliário tem força constante na produção urbana do bairro Vereda Grande. A atuação deste setor ocorre da seguinte maneira segundo Corrêa (1989, p.19-20):

- I- **Incorporação**, na qual se realiza a gestão do capital na fase de sua transformação em mercadoria, são definidos tamanhos das unidades, qualidade da construção, construtoras, propagandas e estratégias de venda;
- II- **Financiamento**, que é a formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, para a compra do terreno e construção do imóvel;

- III- **Estudo técnico** para implantação da obra;
- IV- **Construção física**, realizada por firmas especializadas; e a
- V- **Comercialização**, executada por corretores, planejadores de vendas e profissionais de propaganda.

Outro forte aliado na atuação da produção urbana do local são os proprietários fundiários que estão sempre busca da conversão da terra rural a urbana em face do capital. De acordo com Bertini (2023, p. 36) “os proprietários fundiários estão sempre em busca da maior renda da terra e atuam diretamente na expansão das cidades devido ao interesse na conversão de terra rural para a urbana”. Isso acontece devido à valorização do solo urbano ser mais rentável que a terra rural.

Com base nas mudanças urbanas do bairro Vereda Grande, observa-se que durante a última década a especulativa imobiliária e a financeirização do solo urbano tem trabalhado na produção incessante de habitações, mas visando sobretudo, o aumento da margem do capital fixo a partir de estratégias de inovações que chame atenção dos indivíduos a procurarem formas de produzirem espaço para moradia.

Nesse contexto, Lourenço (2023) comenta que a organização do capital tem movido ações complexas dentro do espaço urbano por meio da articulação de diversos atores sociais, entre eles se destaca as empresas imobiliárias que possuem diversas especializações neste campo de atuação na produção do espaço, e financeiro, como os bancos e instituições de capital que promovem financiar projetos e executar obras e serviços.

É relevante destacar que há uma busca incessante pela produção do espaço citadino do bairro Vereda Grande, sendo instigada pelas formas contemporâneos de loteamentos (demarcação de terras) que nos dias atuais encontra-se viabilizado para adesão das pessoas comprarem um espaço na área urbana de uma forma mais barata e rápida através dos financiamentos bancários.

Para os autores Guironnet, Attuyer e Halbert (2016) um dos pontos principais do processo de financeirização do solo espaço urbano construído trata-se da intensa influência dos investidores financeiros, que transcrevem estratégias de projetos para o desenvolvimento citadino, sobretudo, através da ação dos mercados imobiliários.

Os interesses para a renovação do solo urbano, é um retrato contínuo, flexível e diversificado permeado pela a criação de espaços para usos mistos, incluindo habitações com distintos formatos e tamanhos, como também, a integração do pequeno comerciante e instalações de eventos comunitários e culturais.

De acordo com Botelho (2007), o processo de diversificação do solo urbano é regido pela lógica das empresas imobiliárias, sobretudo, aquelas que partem de dois circuitos, sendo uma vinculado ao sistema de produção capitalista de habitações das camadas longínquas e outra referente aos setores de negócios e construção de moradias pelo morador local.

Mediante ao processo de ressignificação da paisagem do recorte espacial, toma-se com exemplo adesão do solo urbano a partir da interação social dos habitantes do *lócus* em sua maioria condizente pela alta demanda de compras das glebas em loteamentos, assim como também há uma forte influência do mercado imobiliário aplicada pelo processo de participação das empresas financeiras para produção de um mercado construtivos de habitações em diferentes tamanhos e designer.

Dito isto, Silva (2012) direciona uma pauta de suma relevância para o entendimento da participação ativa dos agentes imobiliários e financeiros na propagação de vendas de espaços no sítio urbano a partir da localização geográfica das áreas a serem colocadas no mercado para consumidor, seja ele em formato de lotes dentro de loteamentos como no centro do subcentro ou núcleo de um *lócus*.

Os lotes são uma forma de separação do tamanho do terreno a serem comprados, estes por sua vez, são separados por traçados de ruas e avenidas, para uma melhor movimentação futura dos transportes em via pública. Então, o lote urbano é vendido pelo agente que faz o loteamento e este cobra um valor de acordo com os gastos que serão utilizados para a benfeitoria do bairro (Silva, 2012, p.23).

Nesse contexto, começa um marketing de interesses das financiadoras (construtoras e terrenos), com diferentes escalas de preços do espaço urbano do bairro Vereda Grande. Nesse sentindo, Santos (2008) pressupõe que quando acontece o processo de especulação imobiliária, consequentemente ocorre a intensificação mercantil com ênfase na escassez impetuosa do problema a terra e habitação com infraestrutura, acesso a saneamento básico e pavimentação nas áreas de circulações da população.

Diante desse processo, o recorte espacial acaba passando pelo afastamento do centro da cidade ou que de certa forma prolifera a terminologia de periferização geográfica de algumas áreas, atraindo o interesse de um número X de pessoas pelo o preço baixos dessas áreas longínquas da urbe fazendo com que ocorra a produção do espaço urbano do bairro Vereda Grande mediada pela transformação do espaço natural ao processo de urbanização em andamento.

Parte-se desse pressuposto que a paisagem urbana do bairro possui contraste interino de um *locus* periferizado de serviços, áreas comerciais, residenciais dentre outros elementos. Apegar á no entendimento de Abramo (2007), para explicar o papel do mercado imobiliário na atuação direta na promoção de espaços longínquos do núcleo da cidade. Para o autor (2007), o mercado imobiliário tem uma função inestimada no sítio urbano ao promover dentro do ambiente citadino uma fragmentação entre espaços, o que problematiza a crescente criação de áreas cada vez mais periféricas distantes do centro e locais com alto teor de desenvolvimentos logísticos, mercadológicos, serviços e infraestruturas.

Outra observação da periferização do bairro Vereda Grande encontra-se no valor do solo urbano, o que acaba gerando uma considerável procura por lotes baratos em torno da cidade. Medeiros (2011) descreve que o maior ponto diferencial do valor de uso do espaço citadino não refere-se somente o ato de valor de troca que este solo apresenta, mas na forma de uso para quem os consomem, coibindo para o uso duplo deste solo-mercadoria de propriedade e pelo acesso diferenciado deste espaço. Silva (2015) corrobora este pensamento ao afirmar que para o capital as glebas tornam-se uma mercadoria de uso para os moradores, comerciantes e trabalhadores e de troca para produção de habitação para vender ou alugar no mercado loteadores ou construtoras financeiras.

Consta-se que durante a última década o bairro passou por mudanças paisagística significativas, mas essas transformações não decorrem de planejamentos urbanos que tramitam em qualidade em termo de bem-estar aos seus residentes. Isso acontece devido o desordenamento de produzir locais situados em espaços desprovidos de infraestruturas básicas.

5 METODOLOGIA

O método científico corresponde a um processo de investigação que segue uma determinada sequência de etapas para a obtenção de resultados (Chizzotti, 1991). Para isso, é necessário a delimitação dos procedimentos metodológicos na investigação da pesquisa pré-determinada. A pesquisa metodológica é um conjunto de instrumentos adotados na construção da investigação, a fim de atingir os objetivos do estudo realizado (Vianna, 2006).

Segundo Gil (2010, p. 1) “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. O objetivo da atividade científica é “a obtenção da verdade, através da verificação de hipóteses, que por sua vez, constituem a ponte entre a observação e a teoria científica para explicar a realidade (Marconi; Lakatos, 2013, p. 46)”.

6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, foram adotados alguns métodos e procedimentos metodológicos. Segundo Richardson *et al.* (1999, p.22) “o método é o caminho ou maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo, e metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Inicialmente, foi realizada a construção aporte teórico do estudo, buscando embasamento em livros, artigos e materiais desenvolvidos para a divulgação sobre a produção do espaço urbano, habitação e urbanização de cidades pequenas, loteamentos e o processo de financeirização do solo urbano. De acordo com Gil (2010, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Aponta-se que esta pesquisa parte de uma abordagem de natureza qualitativa, por procurar expor e apresentar a complexidade do problema do estudo, no caso a produção urbana do bairro Vereda Grande, em Barão de Grajaú- MA. Nesse sentido, Neves (1996) afirma que faz parte da pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo, de natureza aplicada, e com procedimentos bibliográficos.

Quanto aos fins, a pesquisa é de caráter exploratório e descritiva, que, de acordo com os argumentos Gil (2010, p. 27), “A pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Com relação à pesquisa descritiva, o seu objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2007).

A modalidade da pesquisa se classifica como um estudo de caso. Na abordagem de Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

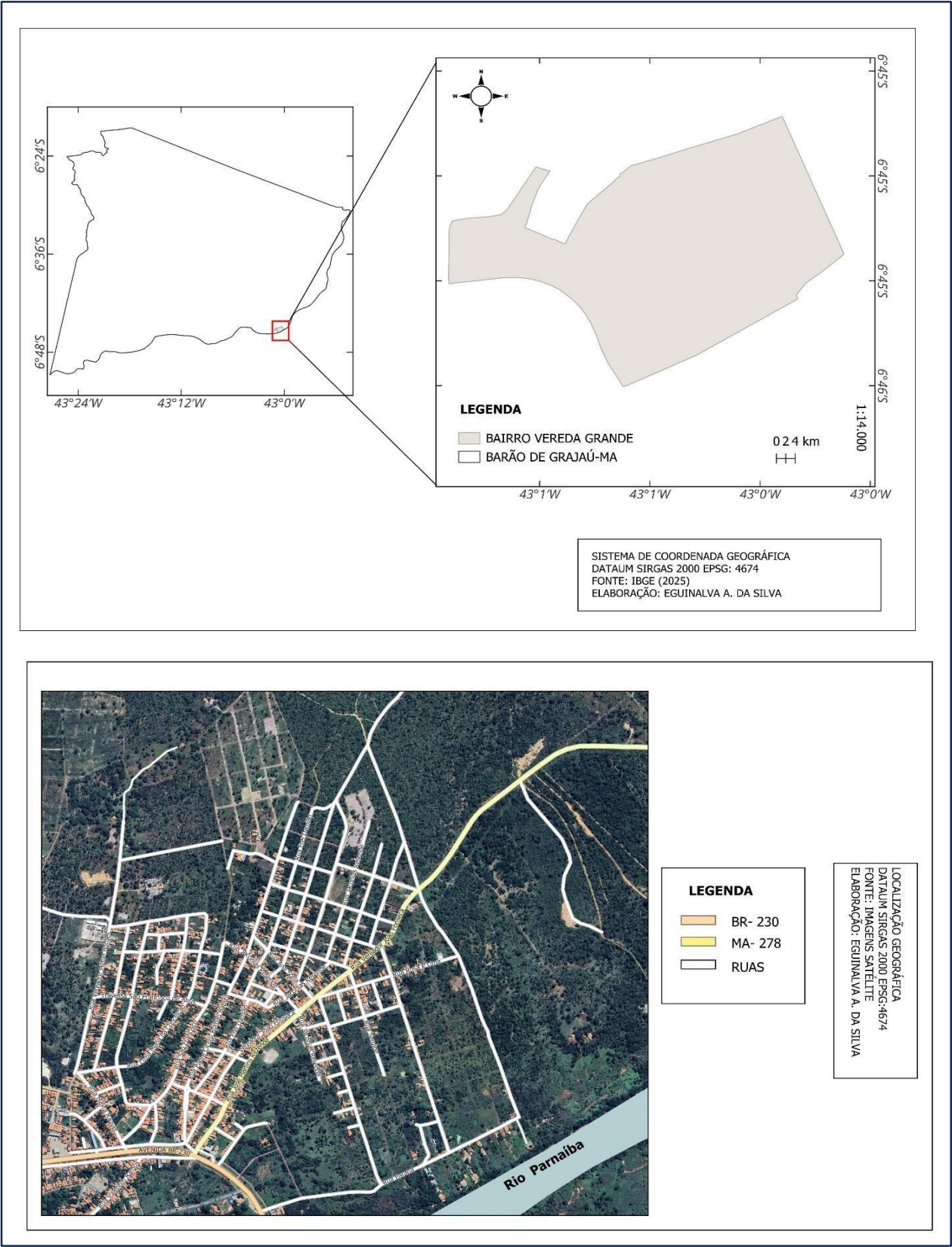
5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Através da coleta dos dados objetiva-se analisar o processo de expansão do tecido urbano do bairro Vereda Grande, a partir da perspectiva de autoconstrução do sujeito, aliada aos loteamentos e especulativa imobiliária como fator de produção do espaço urbano em uma cidade pequena.

Diante disso, foi realizado um levantamento de dados na prefeitura municipal de Barão de Grajaú- MA, sobre a quantidade de habitantes do bairro Vereda Grande que contribuíram para o ampliamiento do solo urbano, sendo informado que essa porção geográfica é considerada como maior bairro da urbe, apresentando um contingente populacional em torno de 1.500 pessoas. Depois da coleta desse dado, foi realizado a visita de campo com um público amostral de vinte e quatro (24) moradores residentes. Na figura 2, observa-se a localização do recorte espacial em relação ao município.

Para obtenção das informações acerca do crescimento da área urbana local a partir do processo de produção do espaço citadino entre os anos de 2010 a 2024, foi realizado aplicação do questionário/ entrevista estruturado em quatorze (14) questões fechadas e abertas, tendo como finalidade compreender a partir da observação dos moradores do local as mudanças e produções citadinas ocorridas na última década. As perguntas seguem o mesmo padrão para todos os participantes, dentre as indagações encontra-se a percepção socioeconômica, gênero, nível de escolaridades, idade, tempo de moradia, avaliação das infraestruturas e principais problemas infraestruturais, ritmo de crescimento do bairro/ loteamento, principais mudanças e produções ocorridas no local durante e depois de fixação de habitações. Os questionários/ entrevistas foram aplicadas durante o mês de setembro por volta de três dias. Contudo, seguiu-se critérios específicos para consolidação da coleta de dados: foram duas residências aleatórias por rua e tempo de moradia acima de dez anos.

Figura 2- Localização do bairro Vereda Grande em Barão de Grajaú- MA.



Fonte: Silva (2025)

De acordo com Gil (2011), o questionário consiste em uma técnica de averiguação solicitada aos participantes de determinado grupo a expressarem a suas opiniões sobre uma situação-problema, a fim de coletar as informações necessárias sobre um tema abordado.

5.3 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

Quanto à análise dos resultados, Minayo (2010) afirma que ela possui a finalidade de desvelar e transportar o material coletado, possibilitando ao investigador ampliar e aprofundar sua compreensão acerca do assunto pesquisado e relacioná-lo aos contextos do campo social. Os dados foram coletados com base em questionários e entrevistas estruturadas com perguntas fechadas e abertas, buscando o maior número de informações possíveis.

Para tanto, foi realizada a análise dos dados coletados, a leitura e exploração do material, por meio da classificação das informações e por último interpretação dos dados obtidas pelos questionários/ entrevistas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

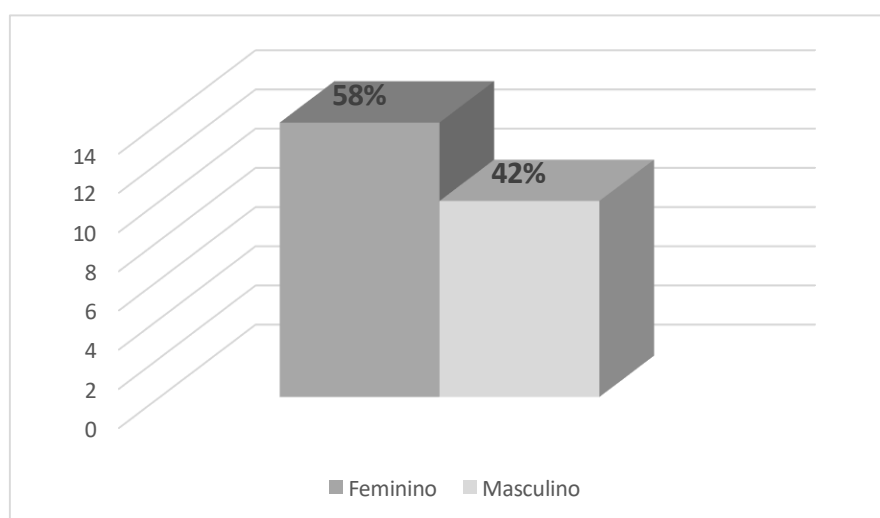
Nesse tópico, serão apresentados os resultados obtidos da aplicação dos questionários feitos por meio de entrevistas realizadas em uma amostra intencional de vinte e quatro (24) moradores residentes no bairro Vereda Grande e loteamentos no perímetro urbano do recorte espacial. Para selecionar contingente amostral foi realizado um levantamento na Prefeitura do município sobre a quantidade de pessoas que moram no bairro/ Loteamentos, segundo as informações o espaço analisado conta com uma estimativa populacional de mais 1.500 pessoas. As entrevistas foram realizadas a partir da fragmentação de ruas no local, a qual foi possível estabelecer uma meta de duas (2) casas por logradouros escolhidas aleatoriamente e tempo de moradia acima de dez anos para a construção dos dados da pesquisa.

6.1 DADOS INICIAIS DA MORADORES

O objetivo do primeiro bloco de pergunta, consiste em expor o perfil dos participantes, sexo, faixa etária, cor/ etnia, escolaridade e rendimento familiar. A partir da análise dos dados informados por cada sujeito participante permitiu compreender como esses aspectos estão distribuídos na reprodução das relações de produção e reprodução do meio, condições e do habitar dos moradores mais antigos aos mais novos.

Na primeira premissa coletada parte-se da verificação do gênero dos entrevistados. Ressalva que a presença feminina ultrapassa o cenário masculino da amostra coletada. Todavia, essa representatividade transformada em números destaca que mais da metade dos participantes são do sexo feminino de 14 (58%). Enquanto, 10 (42%) do sexo masculino (Figura 3). Para além disso, esse cenário representacional é de chefes de família.

Figura 3- Composição por sexo dos entrevistados do bairro / loteamento em 2025



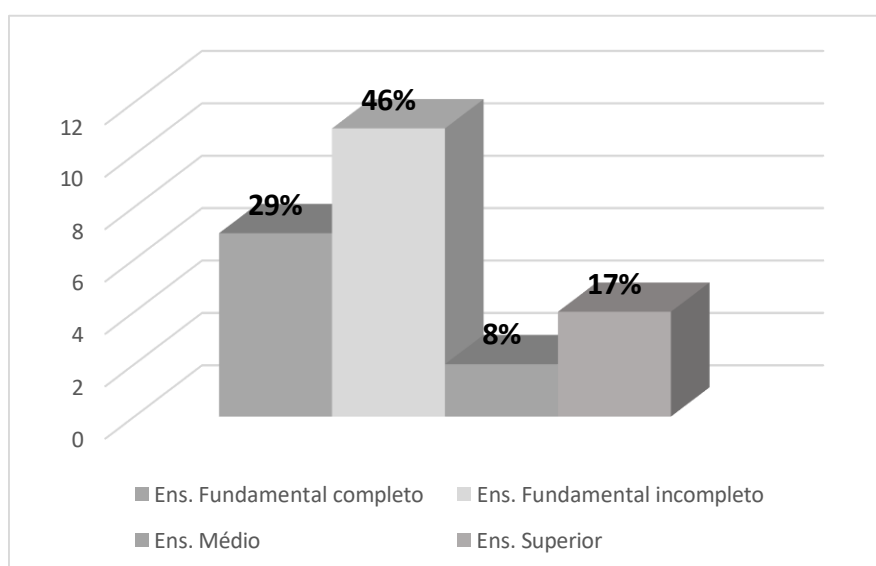
Fonte: Silva (2025)

Outro fator que chamou atenção, diz respeito ao nível de escolaridade dos participantes. Pautando-se que, a maioria dos respondentes não chegaram a concluir o Ensino Fundamental, principalmente, quando correlaciona esse fato aos primeiros moradores do bairro. Segundo os dados obtidos através da dissertação “relatos historiográficos e memórias da travessia do rio Parnaíba: a educação baronense e a busca pelo sistema escolar de Floriano, no Piauí (1940 - 1970)” de Silva (2005) a educação ofertada para a população baronense em meados de 1940 era do ensino primário em uma escola denominada de “Santo Antônio” e que funcionava na modalidade multisseriada, mais tarde recebeu a denominação de “Escola Reunida Domingos Machado”. Ainda segundo Silva (2005, p.86) “A Lei Estadual nº 240, de 28 de dezembro de 1948, transforma em grupo escolar a Escola Reunida Domingos Machado”.

Em Barão de Grajaú, a ação governamental foi muito tímida, encontrando apenas a criação de uma escola, como parte do projeto de expansão educacional, aumentando a oferta de ensino primário. Assim, o acesso à educação chegou aos baronenses, e a outros maranhenses da região, por outra via, qual seja, através de Floriano, guia da progressão educacional daqueles jovens (Silva, 2005, p.68)

Na Figura 4, o índice de escolaridade varia entre os participantes. Sendo que, 11 (46%) dos informantes alegam que fizeram entre 1ª a 4ª série, principalmente os moradores que moram a mais de trinta anos na localidade; 7 (29%) dos entrevistados concluíram o Ensino Fundamental; 2 (8%) finalizaram o Ensino Médio e 4 (17%) dos participantes possuem graduação.

Figura 4- Nível de escolaridades dos participantes da pesquisa.



Fonte: Silva (2025)

Parte-se do pressuposto que a população participante além de apresentar idades variadas, possuem uma realidade socioeconômica diversa, como podemos ver representado por números na (Tabela 1). É importante destacar que a maior parte dos entrevistados, são aposentados, servidor público, CLT e alguns vivem do Bolsa Família, além de atividades informais como serviços de comissionada de revista, costuras, vendas de calçados e alimentos *in nature* em feiras.

Tabela 1- Rendimento Familiar dos entrevistados no bairro Vereda Grande em 2025

RENDA FAMILIAR	ENTREVISTADOS	%
Menos de 1 salário mínimo	4	17
De 1 a 2 salários mínimos	19	79
De 2 a 4 salários mínimos	1	4
TOTAL	24	100

Fonte: Silva (2025)

Como demonstrado na Tabela 1, é de caráter unanime que 4 (17%) dos entrevistados revelaram que possuem uma renda familiar menor que um salário-mínimo, sendo que este teve um reajuste em 2025 para R\$ 1.518, 00. O que evidencia que essa parcela vive com o mínimo para as necessidades básicas. Os outros 19 (79%) dos moradores respondentes pontuaram que possuem um rendimento familiar entorno de 1 a 2 salários-mínimos. Apenas 1 (4%) relatou que possui uma renda familiar entre 3 a 4 salários-mínimos.

O cenário de renda Per Capita dos respondentes do *lôcus* de estudo basicamente é utilizado para despesas com alimentação e moradia. Corrêa e Lenci (2012) explicam que as desigualdades de renda em muitas famílias brasileiras se mostram na possibilidade de consumo de bens e serviços e até mesmo a itens essenciais para sobrevivência do próprio indivíduo:

A renda familiar e, portanto, o seu poder de consumo reflete as prioridades definidas pelas famílias na utilização e distribuição dos recursos de acordo com suas necessidades e estratégias. As despesas médias de consumo estão prioritariamente associadas aos gastos com alimentação e moradia em todas as regiões geográficas (Corrêa; Lenci, 2012, p.75).

Por conseguinte, a prospectiva dos entrevistados quando relacionados a faixa etária (Tabela 2) dos moradores evidencia-se uma variação de idades entre os participantes, o que implica em uma transação entre o espaço-tempo, o que indica que estes puderam observar as mudanças ou produção do espaço urbano longo das suas vidas no bairro Vereda Grande, assim

como, o incremento de novas áreas para consumo populacional, principalmente o que se refere a inserção de Loteamentos em área periférica.

Na visão de Mares (2013), as mudanças socioespaciais que ocorrem na paisagem de um núcleo citadino refletem na forma de como os atores sociais se apropriam, consome, e produz cada centímetro de determinado espaço, resultando no aparecimento de nova áreas para ocupação e utilização do solo conforme as necessidades dos sujeitos durante o espaço/ tempo que este habita, vive e produz.

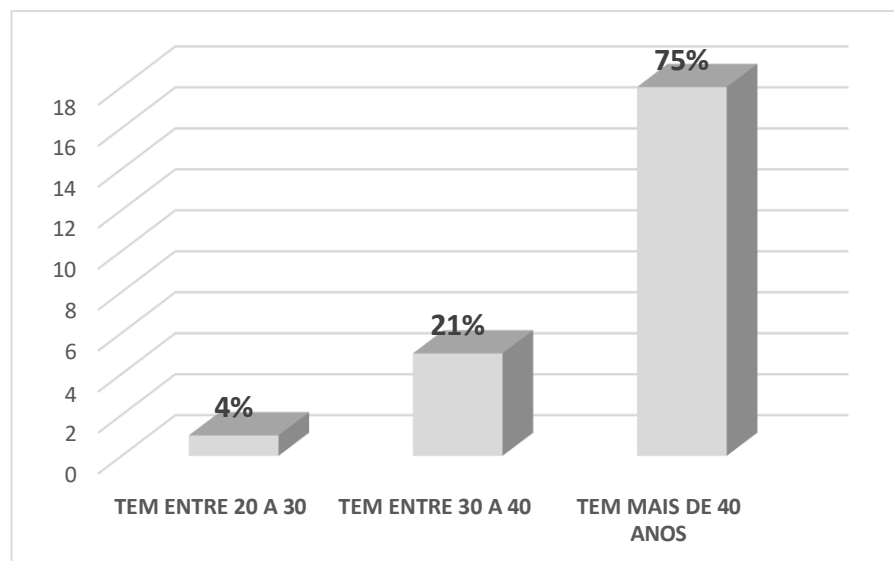
Tabela 2- Faixa etária dos entrevistados do bairro em 2025

ANOS	Nº PESSOAS	%
20-30	1	4
30-40	5	21
>40	18	75
TOTAL	24	100

Fonte: Silva (2025)

Quando transformados esses dados em parâmetros estatísticos como demonstrado na figura 5, percebe-se que mais da metade dos respondentes tem mais de 40 anos de idade o que totalizam um cenário de 18 (75 %) de uma amostra de 24 entrevistados.

Figura 5- Faixa etária dos entrevistados no bairro/ loteamentos



Fonte: Silva (2025)

Aliada a composição etária dos entrevistados, tem-se uma diversidade de cor/raça entre a população pesquisada (Tabela 3) que se autodeclaram em (Preta, Branca, Parda, Amarela e Indígena) seguindo a categorização do IBGE. De fato, há de considerar que estes aspectos contribuem para uma prospectiva do espaço urbano e de como essa integração dos informantes estão interligados num movimento dinâmico sócio-histórico de identidade do local.

Tabela 3- Autodeclaração de Cor/raça dos participantes em 2025

COR/ RAÇA	Nº PESSOAS	%
PRETA	12	50
BRANCA	5	21
PARDA	5	21
AMARELA	2	8
TOTAL	24	100

Fonte: Silva (2025)

Contudo, é nítido perceber quando se busca compreender a composição étnica da população residente do bairro Vereda Grande/ Loteamento depara-se com uma diversidade significativa. Sendo que, 12 (50%) dos respondentes se autodeclaram como preta; 5 (21%) branca; 5 (21%) parda e 2 (8%) amarela. De acordo com Araújo (1987),

A percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve não apenas uma apreensão de características fenotípicas, aqui imbuídas de valor e carregadas de significado, mas, que as categorias compõem um sistema, e que esta operação se processa num contexto de interação social (Araújo, 1987, p. 15).

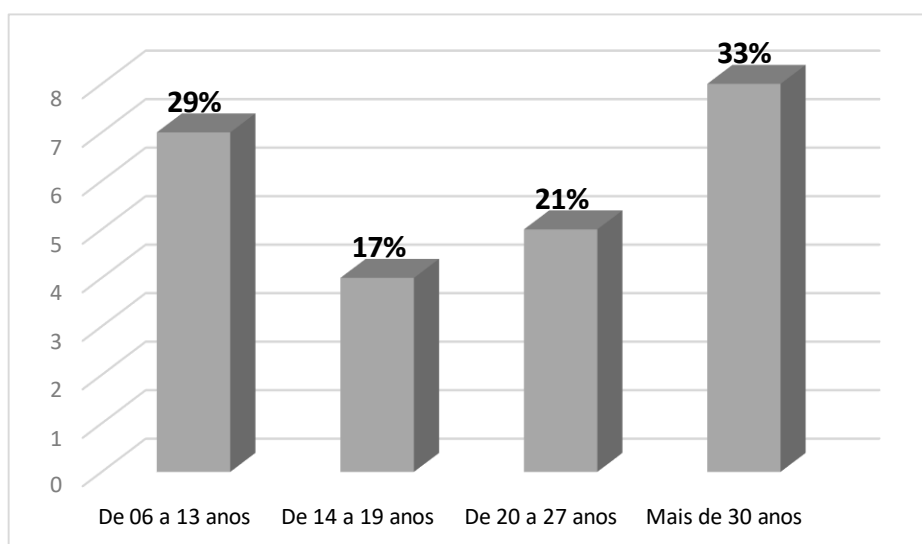
Diante dos fatos coletados, presume-se que a faixa salarial, etária, escolaridade, sexo e categorização de cor/ raça, acabam sendo um universo bastante diversificado pelos entrevistados desde os mais antigos moradores aos novos residentes, o que permite uma transição de ações no espaço citadino desde a transformação do local em espaços de mobilidade, segurança, habitação, saúde e educação. Mesmo diante de um deficitário em parte destes indicadores sociais.

6.2 TEMPO DE MORADIA

O segundo bloco de pergunta tem como finalidade compreender a percepção dos moradores do bairro a partir da sua convivência e permanência no local. O primeiro item de análise condiz com o tempo de residência dos entrevistados.

É possível observar na (Figura 6), que 8 (33%) dos participantes residem no bairro a mais de trinta anos, enquanto 7 (29%) vivem entre seis a treze anos, assim como, 5 (21%) habitam de vinte a vinte sete anos e 4 (17%) dos entrevistados residem a quatorze a dezenove anos.

Figura 6- Tempo de moradia dos entrevistados no bairro ou loteamentos



Fonte: Silva (2025)

A maior parte dos entrevistados que vivem a mais de trinta anos, enfatizaram que chegaram no bairro ainda quando este era um espaço totalmente coberto pela vegetação natural, isso a partir da década de 60 a 70 anos atrás. Para tanto, esses reflexos de tempo viabiliza uma construção da área territorial do bairro e na sua forma de organização lenta que se deu o processo de produção do espaço.

Os dados confirmam que amostra selecionada do contingente populacional atendeu os objetivos de reunir os moradores mais antigos aos mais novos do bairro Vereda Grande, permitindo a construção de um panorama geral das observações espaciais vivenciadas pelos moradores ao longo da ocupação territorial do *lócus*.

O tempo de permanência e moradia no recorte espacial se dá como elemento fundamental para compreensão do espaço cidadão do bairro. Seguindo esse dado, esses moradores construíram as primeiras residências e de certa forma tiveram participação direta/indireta nas transformações ocorridas local. Para além disso, esses residentes revelaram um sentimento de pertencimento e importância ao espaço de vida, de história e de identidade. De acordo com Rodrigues (2024):

O sentimento de pertencimento e a construção de uma identidade local estão profundamente enraizados nas experiências e vivências dos moradores em um determinado espaço. O pertencimento pode ser entendido como a sensação de fazer parte de um lugar, de se identificar com ele e com a comunidade, e de sentir-se valorizado e acolhido por esse ambiente (Rodrigues, 2024, p.14).

Diante dos depoimentos colhidos, é possível perceber que os moradores mais antigos vivenciaram o processo de abertura de ruas, vendas de lotes baratos até a chegada de canalização de água, pavimentação e coleta de lixo. Essa permanência por tantos anos dos habitantes pelo território permitiram visualizar as principais mudanças que ocorrem em meio ao processo de povoação.

6.3 DOS PRIMEIROS MOMENTOS DA OCUPAÇÃO AOS PRIMEIROS EQUIPAMENTOS DE SUPORTE AO BAIRRO VEREDA GRANDE: RELATOS DOS RESPONDENTES

É de caráter norteador entendermos que o processo de organização espacial do bairro Vereda Grande se deu de forma desorganizada e lenta. Segundo um dos primeiros moradores na área o espaço que hoje corresponde o *lócus* de estudo era apenas um ambiente até então sem dada importância. Para todos os efeitos de organização socioespacial adotaremos as décadas de 60 e 70 como ponto de ocupação citadino.

Para tanto, as demonstrações das percepções observadas pelos moradores do recorte espacial será serão postas a seguir com as perguntas e respostas dados pelos informantes mais antigos aos mais novos. Os quais serão tratados como M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17, M18, M19, M20, M21, M22, M23, M24.

I- Como era o bairro quando senhor/ senhora veio morar no local?

Diante dessa pergunta, obteve-se uma semelhança entre as respostas de oito dos participantes. No qual, os participantes M1 a M3 informaram que a mais de 40 anos as casas eram contadas. Segundo eles, a rua era de terra e tinha em torno de 10 casas no máximo e passava um córrego em frente. Em conformidade, os participantes M4 e M6 ressaltaram que durante ocupação, a maioria das ruas que se formava eram rodeadas por uma vegetação, principalmente de carnaúbas. Enquanto, os M7 e M8 compartilharam que em torno de 30 a 33 anos atrás a iluminação era quase inexistente e as habitações era pouquíssima nas ruas que moravam chegando a três, quatro casas.

De acordo com as informações dadas, pondera-se que mais da metade das ruas eram de terras/areia, e quase todas os caminhos passava um córrego em frente as residências. Ainda segundo os pesquisados os caminhos eram aberturas feitas por eles para se locomover ou ter mesmo ter acesso ao rio Parnaíba em busca de água para abastecimento pessoal, isso era uma

prática bastante frequente entre as pessoas da cidade, Silva (2005, p.127), “até década de 1980, era retirada a água para ser utilizada nos lares baronenses, transportada na cabeça, ombros ou em ancoretas em lombos de jumentos. Não havia água encanada nem poços artesianos”. No bairro tinha e tem apenas uma escola de ensino primário construída em meados de 1980 exposta na figura 7.

Figura 7- U.E Raul Ramos existe no bairro Vereda Grande desde 1980



Fonte: Silva (2025)

A instituição de ensino educacional Unidade Escolar Raul Ramos era conhecida como “Grupo Escolar Raul Ramos”, está foi construída na administração do prefeito Manoel de Melo Paz em 1980, a mesma fornece o ensino da educação dos anos iniciais do 1ª ao 5ª ano.

Respondente M9 a M13: Residem entre vinte (20) a vinte e sete (27) anos, no decorrer desses anos fixaram suas residências o bairro já mostrava um lugar de grande importância, logo, já se via um aumento de construções de habitações mais abastadas.

Respondente M14 a M17: Habitam no bairro a uns quatorze (14) a dezenove (19) anos, de lá para cá podemos descrever que o crescimento do bairro ficou mais evidente aos olhos dos moradores, principalmente pelas construções de posto de saúde, escola, quadra esportiva e capelas, supermercado. Percebe-se que a fisionomia do bairro mesmo ainda simplória, já apresentava- se potencial de crescimento contínuo. As residências já existentes e as novas construções em surgimento concretizam uma nova etapa de transformações de um solo em processo de povoamento. Como também, eles afirmam que presenciaram o surgimento de loteamentos, da associação de Angelis que fornece serviços essenciais para a população, construção de poços artesianos.

Respondente M18 a M24: Vivem no bairro entre seis (6) a treze (13) anos, viram como a cada ano que passa uma nova alteração na paisagem do bairro muda tanto quanto que infere na

inserção de construções realizadas pelo sujeito, pelo setor imobiliário ou pelo financiamento de habitações.

Diante dessas afirmações, observa-se que tempo de moradia em determinado lugar, reflete na percepção do observador das mudanças que esse ambiente passou ao longo dos que este vive e produz de maneira rudimentar características individuais, particulares e coletivas. Para Carlos (2007, p.55), “na análise geográfica, o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana”, com isso, evidencia que é sobre o espaço que o homem consagra ações e apropriação da terra como produto, condição e meio da reprodução das relações sociais.

Na tabela 4, fica evidente que na década de 1960 a 1970, a infraestrutura do bairro Vereda Grande era bastante precária, como retrata os moradores mais antigos.

Tabela 4- Infraestrutura do bairro Vereda Grande na década de 60 a 70

RESPOSTAS	Nº DE VEZES CITADAS
Abastecimento de água precária	10
Iluminação pública precária	4
Vias de acessos precárias	10

Fonte: Silva (2025)

As nuances no entorno das relações estabelecidas entre os moradores do bairro se formam pela interação construída ao longo do tempo de cada indivíduos entrelaçados pelo mecanismo de vida em comunidade onde realizam as práticas de vizinhanças formadas desde o período de povoamentos dos logradouros em cada parte do bairro.

Na concepção de Muxi (2013), na adjacência estrutura-se uma base espacial única que torna- o motivo para construção socioespacial das relações estabelecidas pelos sujeitos, na interação, troca e convivência em razão dos fatores habituais, cotidianas e socialmente organizadas no espaço / tempo vividos pelos moradores em diferentes períodos.

Conquanto, observa-se mudanças drásticas no espaço do bairro de estudo, pois, o que se tinha antes era um local coberto por vegetação sem benfeitorias urbanas, com passar dos anos o bairro passou a ganhar formas e funções sociais ou econômicas definidas.

II- Como o senhor (a) avalia a questão de infraestrutura do bairro / loteamento depois de começar a morar nele?

Respondente M1 a M8: Em comparação com o início da ocupação do bairro Vereda Grande, os moradores afirmaram que sentem privilegiados de ter acesso água canalizada, energia, parte

de ruas asfaltadas e coleta de lixo diária, algo que não tinham a mais de trinta anos atrás. De acordo com eles, tiveram calçamento em algumas ruas só a partir de 2008.

Respondente M9 a M14: Antes das transformações da adjacência em *lôcus* urbano as ruas eram de terra ou ruas de barra ou piçarra. Segundo os entrevistados a mais de 30 anos atrás o bairro que é hoje era totalmente coberto por vegetação como carnaúbas e caminhos que davam acesso e circulação era feitos pelos moradores, sem contar que nem todas as ruas tinham energia. Depois tantos anos morando no bairro Vereda Grande, os pesquisados têm um logradouro com várias habitações, quadra de esporte, posto fiscal e até Unidade Básica de Saúde (UBS) que antes não tinha.

Mediante a passagem de tempo, a área espacial do bairro pesquisado acabou sofrendo algumas alterações significativas, principalmente ao que se refere-se à produção cidadina a partir das construções de habitações se comparadas as últimas décadas. É nítido que o local já começava a se resignificar e ganhar novas funções, se antes tinha uma vegetação acentuada na maior parte das áreas dos logradouros, deu-se lugar ao processo de desconstrução da natureza primária para o início de uma era de urbanização, como detalhado na figura 8, em que mostra a mesma rua em anos diferentes. Isso acontece devido a atuação dos agentes urbanos na consolidação da produção de espaços citadinos financiados e imobiliários.

Figura 8- Rua José Martins Resende no bairro Vereda Grande entre 2012 a 2025



Fonte: Google Earth- Street View 2012 (2025)

Como demonstrado nas figuras 9, 10 e 11, o *lôcus* exibe de forma clara as mudanças física e sociais ocorridas no bairro Vereda Grande durante os anos de 2010 a 2024. Essa evolução é resultado das intervenções dos atores concretos urbanos juntamente com o poder público municipal.

Figura 9- Ginásio de Esporte A. Ulisses da Silva



Fonte: Silva (2025)

Figura 10- Unidade Básica Doutor Pedro Queiroz



Fonte: Silva (2025)

Figura 11- SEFAZ-MA situado no bairro Vereda Grande



Fonte: Silva (2025)

Respondente M15 a M24: De acordo com pesquisados, a infraestrutura do bairro não chega a ser tão ruim. Mas, a prefeitura poderia ter mais uma atenção e uma organização melhor com algumas ruas que nem pavimentação tem ou até mesmo a iluminação não existe. Outra questão que deveria ter implementado nos logradouros são sinalizações que são quase inexistentes. Mas,

o que torna o bairro mais empobrecido em relação aos demais é ausência de uma praça pública para lazer da população.

Nota-se que os vinte e quatro participantes compartilham da mesma ideia quando indagados sobre a disponibilidade de infraestrutura no bairro / loteamentos desde quando vieram morar na cidade de Barão de Grajaú, mas especificamente no *lôcus* Vereda Grande. Sendo que, 18 (75%) dos participantes consideram que a qualidade da infraestrutura oferecida a população é “Bom”, enquanto os outros 1 (4%), 1 (4%) consideram a qualidade infraestrutural “Péssimo” e “Ruim”. E, 4 (17%) dos participantes declararam como “Ótimo”, como evidenciado na figura 12, onde há dois logradouros com diferentes realidades.

Figura 12- Comparação de infraestrutura no bairro / loteamento



Fonte: Silva (2025)

Desse modo, o que constitui diante desses dados que houve- se um processo de melhoramento dos serviços ofertados para *welfare state* social dos moradores. Logo, estamos em uma realidade de estágio inicial da evolução desse setor, que tende a passar por evoluções no decorrer dos anos, de organização e produção cidadina para tornar o local aparentemente confortável em alguns aspectos para aqueles que habitam essa porção espacial.

Entende-se que o suporte físico e infraestrutural decorrem de planejamento para subsidiar as necessidades básicas que carecem da atuação em conjunto de investimentos do Estado e gestão municipal para mitigar a carecia de equipamentos e serviços diante da ocupação e parcelamento do solo urbano. Conforme afirma Gregório (2018):

Suporte físico e infraestrutural dos acontecimentos e da vida urbana se encontram precários ou ausentes, fazendo-se necessário construir uma perspectiva coletiva sobre a proposição de novas tramas socioespaciais para uma qualidade de vida melhor (Gregório, 2018, p.145)

De fato, a um expansionismo territorial recorrente da produção do espaço urbano nesse no Bairro Vereda Grande, mas o que se percebe é que a habitação cidadina vai além da contagem numéricas por unidades de casas por ruas, isso se evidencia no contraste da dotação de infraestrutura e serviços ofertados para o bem-estar social dos sujeitos que estabelecem relações fixas com seu novo local de moradia.

De acordo com Souza (2020), os espaços mais abastados do centro da cidade são os mais propícios apresentarem déficits na infraestrutura, principalmente quando envolve, as nuances de desenvolvimento interno do espaço citadino. Geralmente, essas precariedades compõem um quadro de baixa disponibilidade como pavimentação, saneamento básico, espaço de lazer, entre outros.

A infraestrutura e a disponibilidade de serviços citadino, comparada com a sua distribuição e frequência pelas territorialidades de diferentes regiões se faz presente no cotidiano de muitos moradores de forma desigual e acabam sendo inferiores na equidade de consumo e acesso desses equipamentos urbanos. Isso faz parte da realidade de muitos sujeitos que nem ao mesmo em faz uso desse tipo de suporte (infraestrutura de qualidade e serviços) a esses espaços só restam conviver com o mínimo e carecia desses suportes físicos (Sogame, 2001).

Segundos os dados reportados pelos participantes (Tabela 5) os problemas infraestruturais que mais se apresentam e necessitam de melhoramento e organização dentro da malha citadina do bairro Vereda Grande / Loteamentos, será posto em forma de tabela conforme o número de vezes citadas pelos participantes.

Tabela 5- Problemas infraestrutural mais comum no bairro/ loteamento

INFRAESTRURA	Nº DE VEZES CITADAS
Pavimentação	14
Saneamento básico	6
Iluminação pública	10
Pavimentação	14
Terrenos subutilizada	4
Abastecimento de água	14

Fonte: Silva (2025)

O bairro Vereda Grande ao longo dos anos tonou-se um dos maiores adjacentes do município. Para avaliar essa evolução, os residentes foram questionados sobre as principais mudanças ocorridas que eles presenciaram quando fixaram as suas habitações nessa porção

geográfica (Tabela 6). As respostas demonstram as melhorias que ocorreram na infraestrutura do local como fator positivo para o bem-estar da população.

Tabela 6- Quais foram as principais mudanças que aconteceram no bairro/ loteamento depois de morar nele?

RESPOSTAS	Nº DE VEZES CITADO
Comércio	6
Educação	4
Habitação	14
Infraestrutura	3
Saúde	2
Segurança	2

Fonte: Silva (2025)

De acordo com Silveira (2011), o lugar onde se estabelece a fixação de uma habitação no mínimo deve apresentar condições básicas de infraestrutura para o bem-estar do contingente populacional que ali reside, mas especificamente ao “chamado lar urbano”:

A Terra urbana tem que ser servida de infraestrutura e serviços como rede de água, esgoto, drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, equipamentos de educação, saúde, dentre outros. Por isso, a produção da moradia exige não apenas a terra, mas sim, terra urbanizada, em que há investimentos que ofereçam condições viáveis de moradia (Silveira, 2011, p.7).

Diante dos elementos exposto, podemos depreender que essa é ainda uma realidade bastante contradizente para muitos moradores, principalmente aqueles que moram em áreas periféricas e loteadas. Frente a isso, Carlos (1986) aponta que há diferentes motivos para o sujeito procurar espaços mais longínquos, dentre eles o preço dos terrenos que é inferior as áreas desenvolvidas, falta de infraestrutura e a possibilidade de autoconstrução do proprietário. Nesse sentindo, que associamos essas motivações ao *lócus* de estudo.

Analisando as informações repassadas pelos participantes pondere-se que estes consideram a evolução do bairro/ loteamento decorrente dos preços baixos dos terrenos, fator que tem contribuído para um ampliamto área urbana nas últimas décadas. Segundo os dados coletados 21 (88%) dos entrevistados enfatizaram que o crescimento do lugar se deu de forma gradual e 3 (13%) consideram que a ocupação desses espaços se deu de maneira rápida, sobretudo, influenciados pelo valor inferior dos lotes no espaço analisado.

Considerando as premissas informadas, conclui-se que a localização do espaço surgiu como entretenimento para atração das pessoas sejam elas migrantes de outras cidades ou até mesmo da zona rural do município supracitado. Em virtude da baixa condição financeira, essas

peessoas procuram fixar e construir suas habitações em locais abastados, conforme aponta Silveira (2012, p. 9),

A localização é identificada nesse processo, como o diferencial no que diz respeito ao preço da terra. Terrenos com mesmas dimensões e características topográficas, necessariamente não terão os mesmos preços a depender da sua localização na cidade.

Nesse sentido, Vieira (2005) ressalta que a localização é um item bastante influente na compra de lotes, principalmente pela renda financeira dos sujeitos que busca alternativas mais rentável de parcelar o solo, em torno do valor atribuído em razão dos aspectos físico, histórico e social. Sendo estes atribuídos ao espaço por meios da irregularidade de distribuição dos elementos e condição de apropriação do sítio citadino.

Com base nos dados coletados, evidencia-se que as opiniões dos entrevistados partem da mesma perspectiva descritiva do bairro Vereda Grande/ Loteamentos existentes no perímetro pesquisado ao enfatizarem que lugar vem se expandindo rapidamente em razão das construções imobiliárias (loteamentos), financiadas e pela autoconstrução dos moradores.

Outrora, a produção citadina do bairro Vereda Grande começou com mais intensidade a partir dos de 2010 a 2024 em virtude da demanda por lotes para autoconstrução, financiamento e possibilidade de abertura de novos empreendimentos de loteamentos. Segundo os dados apontados pelos entrevistados o preço dos lotes é um dos fatores atrativos desde as duas décadas atrás, variava em torno de R\$ 3.100, 00 a 7.000, 00. Entre anos de 2014 a 2025 esse o valor da terra passou por reajuste no parcelamento do solo chegando entorno dos R\$ 15.000, 00 a 25.000,00. De acordo com Santana (1998, p. 171), “[...] o custo de produção de um lote é resultante do custo total da terra a ser loteada, acrescido do custo da infraestrutura. Já o custo da infraestrutura por lote, varia em função da área e testada dos lotes”. Sendo que, a maioria dos lotes vendidos no local possuem dimensão 10 X 30 m².

Para o monitoramento da produção do espaço urbano dos loteamentos e averiguação do parcelamento do solo dos terrenos postos a vendas é necessário comprovação dos requisitos estabelecidos no 2º, §5º e artigo 4º da Lei Federal nº 6.766/ 79. Dadas as informações passadas pelo canal oficial da prefeitura do município, auditoria e regularização dos empreendimentos dos loteamentos ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração (SEAD) e com apoio do Setor de Tributos do município, essa vistoria nos loteamentos surge em razão da gestão municipal reforçar o controle e a regularidade desses empreendimentos

cidadinos, o que garante que a urbe cresça de forma ordena em conformidade com a legislação vigente.

Para tanto, outro fator que contribuiu para expansão do bairro foi a facilidade de os indivíduos obterem acesso a moradia por meio do financiamento habitacional pela Caixa Econômica Federal, corroborando para um aumento da área citadina. Mediante ao apontamento sobre da produção citadina, observa-se que 16 (67%) dos participantes possuem residências realizadas por autoconstrução. E, as outras categorias habitação financiadas e alugadas tem participações iguais de 4 (17%) cada uma. Nessa perspectiva, quatro participantes relataram que o valor do imóvel financiado varia de acordo com o capital ofertado na entrada do empreendimento indivíduo, podendo chegar em uma adesão habitacional de R\$ 140.000,00 a 150.000, 00 reais. No quadro 1, tem-se as etapas de simulação de financiamento ou do empréstimo com garantia do imóvel caixa. Sendo assim, percebe-se que, “sob o aspecto da produção do espaço urbano e da reprodução da moradia, a moradia implementada através dos empreendimentos financiados com recursos públicos para as classes de baixa renda é uma das formas mais marcantes de produção da cidade (Jacinto, 2014, p. 7)”.

Quadro 1- Etapas de simulação de financiamento ou do Empréstimo com Garantia de Imóvel CAIXA

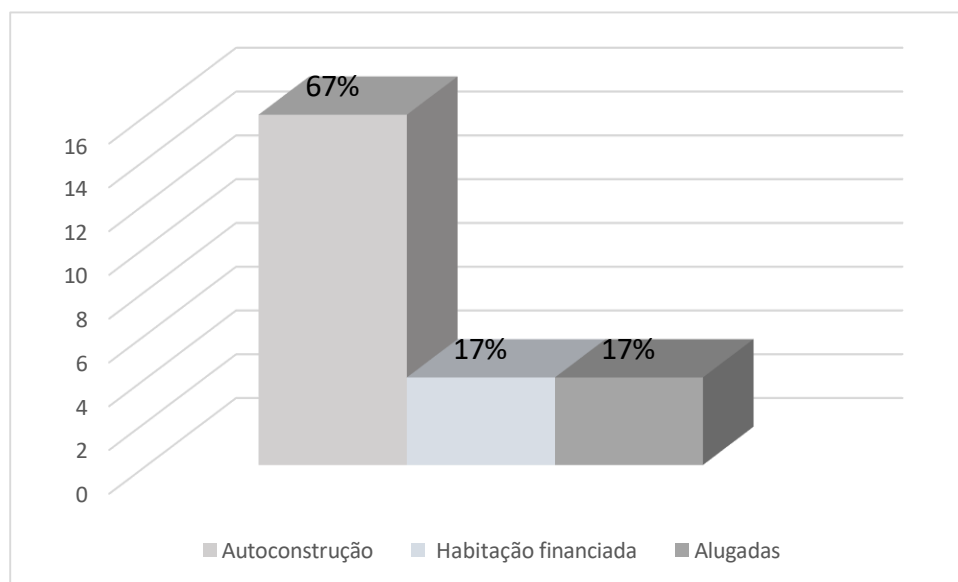
Programa Minha Casa, Minha Vida - Recursos FGTS: Imóvel vinculado a Empreendimento financiado na CAIXA	esta opção se destina a financiamento de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida que se enquadram em propostas vinculadas a empreendimento financiados na CAIXA.
Programa Minha Casa, Minha Vida - Recursos FGTS	esta opção se destina a financiamento de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida com recursos do FGTS, que não se enquadram em propostas vinculadas a empreendimento financiados pela CAIXA.
SBPE (TR): Relacionamento + Crédito Salário com a CAIXA	condições e vantagens especiais para você que tem ou gostaria de ter relacionamento + crédito salário com a CAIXA e faça opção por inclusão da prestação do Financiamento Habitacional para débito em conta.

Fonte: Caixa Econômica Federal (2025)

Verifica-se que, a prospectiva investigativa entre os moradores participantes o índice de posse de habitações parte-se da autoconstrução do indivíduo e pelo financiamento de empreendimentos imobiliários como fator de produção do espaço urbano. Na Figura 13, é

possível visualizar essa comparativa entre imóveis financiados e construções realizadas pelo próprio sujeito.

Figura 13- Tipos de moradias presentes no bairro em 2025



Fonte: Silva (2025)

A dinâmica de produção do tecido urbano do bairro Vereda Grande, vem mudando desde 2010 a 2024, principalmente quando referimos a disponibilidade de vendas diárias de terrenos possibilitadas pelas diferenças entre preços isso acontece por causa do espaço ainda apresentar uma perspectiva descritiva ainda periférica.

Para tanto, a viabilização territorial do espaço interino enquanto fragmentação de interesses dos atores concretos se destaca na forma de produção indiciada pelo aquecimento do capital e do sistema capitalista de produzir e reproduzir relações sociais, formas, funções e processos dentro sítio urbano

Desse modo, constata-se que a pesquisa, apesar de ter abrangido apenas os aspectos qualitativos da qualidade de vida cidadina dos moradores do *lócus*, fornece indicações de como o espaço urbano Vereda Grande acabou se construindo ao longo das últimas décadas, principalmente quando se associa esse fato ao incremento de novas áreas e construções habitacionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de expansão do tecido urbano do bairro Vereda Grande na última década, a partir da perspectiva da autoconstrução de residências pelo proprietário, financiamento de habitações e surgimento de loteamentos como fatores de produção do espaço citadino em uma cidade pequena. Para isso foram estabelecidos três objetivos específicos: (1) identificar os condicionantes na ampliação do bairro Vereda Grande; (2) descrever a evolução urbana do bairro desde os anos 2010 a 2024 a partir da observação dos moradores; e (3) destacar os desafios da produção do espaço sem o acompanhamento do planejamento urbano.

Para tanto, a partir dos dados fornecidos por cada participante e de um levantamento dos moradores mais antigos aos mais novos do local, foi possível perceber que o surgimento do bairro Vereda Grande está associado aos primeiros núcleos de habitações do centro da cidade de Barão de Grajaú aonde se deu as construções primárias do povoado, enquanto não se tornava cidade sede.

Diante dos fatos, evidencia-se que a ocupação do recorte espacial começou em meados da década 1960-1970, sendo marcada pelos primeiros acessos de construções de moradias. Diante dos relatos, a infraestrutura da área era precária em todas as suas faces, de um inóspito ao um núcleo em processo de urbanização. Com o passar dos anos, observa-se um *locus* completamente diferente das últimas décadas, viabilizando um começo de produção espaço urbano com novos atores e funções sociais. Mas, é nítido, que esse processo de produção se deu de forma gradual. Representando, um começo de um espaço sócio-histórico de vivências construídas a partir da relação estabelecida entre a sociedade e o espaço.

O bairro Vereda Grande, assim como, os loteamentos que faz parte da sua construção enquanto bairro periférico, contêm suas fragilidades ainda a serem reparadas, principalmente ao que se refere a uma organização e planejamento das dimensões espaciais, vias de circulação, iluminação, saneamento básico, abastecimento de água e lazer.

Dessa forma, os objetivos propostos e subjugados foram alcançados, permitindo não apenas compreender o processo de organização socioespacial que originou o bairro Vereda grande, mas também, os atores envolvidos pela construção de uma nova paisagem urbana. Espera-se que este estudo possa contribuir com os debates sobre produção do espaço urbano em cidade pequena e reforçar a relevância de entendermos e reconhecer os papéis que uma cidade ou bairro de pequeno porte representam na história da sociedade brasileira.

Para além disso, observa-se que a Estatuto da Cidade promove ações que devem ser adotadas para o planejamento e ordenamento espacial do espaço citadino. Com isso, é de

responsabilidade da gestão pública adotar um Plano Diretor, que possibilite o monitoramento, ações setoriais e incrementação focadas em articulações em conjunto com gestores e população local.

Ademais, atuação do poder público municipal no bairro Vereda Grande requer uma maior efetividade do uso do Plano Diretor. Todavia, este é um lugar que vem ocorrendo expansionismo recente de suas áreas. Frente a isto é notório que haja uma busca por práticas inovadoras de gestão participativa da população juntamente com o poder público nos processos decisórios e de planejamento que corrobora com a qualidade de vida urbana destes moradores.

Deve-se criar um modelo de planejamento e gestão urbana baseado na realidade do bairro, seus conflitos e dilemas vivenciados cotidianamente pelos seus habitantes. Inclusive por meio da implementação de uma praça pública com academia para incentivar uma qualidade de vida dos moradores, como também, este deveria planejar uma adoção de medidas permanentes focada em pavimentar todas as ruas, canalizar uma rede de esgoto, além de, criar soluções imediatas para solucionar a falta de abastecimento de água juntamente adesão de sinalizações de trânsito e ampliação de projetos de instalação de postes em todos os logradouros. Logo, a melhoria da qualidade de vida cidadina vai depender da ação dos gestores de gerir mecanismo para com a população residente do *lócus* mediante a ocupação, desenvolvimento e reorganização desses espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão *inoxidável* do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes Metrópoles Latino-Americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 25-54, 2007.

ABREU, M. A. de. **Produção imobiliária e os espaços da financeirização**: entre o abstrato da riqueza financeira e o concreto da cidade produzida. -- Presidente Prudente, 2019, 232 p.

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v.35, p.7 - 37, Dez/2015.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTONIO, L. M. *et al.* **A explosão dos condomínios fechados na região metropolitana da grande Vitória – Espírito Santo – Brasil**. Geo UERJ, Rio de Janeiro-RJ, ano 14, n. 23, v. 2, p. 619-655, 2012.

ARAÚJO, T. C. N. **A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE**: notas para uma discussão. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, v. 63, 1987, p. 15

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. **Cidades médias**: Produção do espaço. (org) SPOSITO. E. S.; SPOSITO. M. E.; SOBARZO. O, 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG, 411f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, 2008.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 347 p.;

BERNARDY, R. J.; ZUANAZZI, J.; MONTEIRO R. R. **Território, planejamento e gestão**: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da Amosc. Chapecó (SC): Editora Palotti, 2008.

BERNARDY, R. J. O Planejamento Urbano de Pequenos Municípios com Base no Plano Diretor. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 4–34, 2013. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.22.4-34.

BERTINI, I. T. **As políticas habitacionais e a produção do espaço urbano de Londrina-PR**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2023.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras Providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em 24 de abr. de 2024

BRITO, F. A. de; PINHO, B. A. T. D de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010.** 19 p.: il. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do espaço Urbano.** São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 6ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 8 ed. São Paulo: editora Contexto, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A. F. A. **(Re)produção do espaço urbano:** o caso de Cotia. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, L. **Geografia e cidade:** a produção do espaço urbano. Goiânia: Alternativa, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP-Revista da Pós-Graduação em Geografia**, FFLCH/USP. São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011,

CORRÊA, A. M. S; LENCI, D. G. Análise das condições de vida de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda no Brasil: 2008-2009. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 4, p. 62–87, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** Curitiba: São Paulo: Editora Ática, 1991.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999;

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 1ª edição. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática S. A., 1989.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial.** 3ª ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 2000.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. Encarnação B. (organizadores). “**A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**”. São Paulo: Contexto, 2012. Pp. 41-51.C

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *et al.* **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**, São Paulo: Contexto, 2011

COSTA, A. A da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COUTINHO, S. A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DANIELLI, L.; MARTINS, S. F. A produção e a (re)produção capitalista do espaço urbano: um estudo sobre a periferização no bairro São João, Pato Branco/PR. **GeoUECE (online)**, v. 10, n. 18, p. 80-100, 2021.

DANTAS, G. P. G. **Produção do espaço urbano e expansão imobiliária: os loteamentos e os condomínios residenciais em Macaíba-RN (2000- 2017)** / Geovany Pachelly Galdino Dantas. - 2019.

DE LA MORA, L. Produção social do habitat: estratégias dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. *In*: LEAL, S.; LACERDA, N. (Org.). **Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil-França**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p. 395-413.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 2006. 507p.

ENDLICH, A. M. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam?. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011, p. 1-14.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. v 8, n.1, p. 13 - 31. Jan /jun. 2018.

FERRARI, W. J. **A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR: a produção da cidade a partir do campo.** / Walter Junior Ferrari. – Dourados, MS: UFGD, 2009. 180f

FRANÇA, I. S. DE; COSTA, V. A. M.; FONSECA, M. A. **Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades**. *Ágora*, v. 21, n. 1, p. 119-131, 16 jul. 2019.

FREITAS, S. R. C. O valor do solo urbano: relação entre plano diretor na valorização do solo de Jataí, Goiás [manuscrito]. -- Jataí: IFG, Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, 2022.

FRESCA, T. M. **Centros locais e pequenas cidades**: diferenças necessárias. Mercator, vol. 9, n. 20, set./dez, Fortaleza, 2010, p. 79-81.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOTTSCHALG, M. F. S. **Segregação Sócio-Espacial Urbana e Intervenção Estatal**: Uma abordagem geográfico-social. Documental especial CRESS MG, abr. 2012.

GUIRONNET, A; KATIA, A; LUDOVIC, H. **Construir cidades com ativos financeiros**: a financeirização dos mercados imobiliários e suas implicações para os governos municipais na região da cidade de Paris.” Estudos urbanos, 53 (7): 1442–64. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098015576474>. Acesso em: 20 de out. 2024.

GREGÓRIO, M. N. C. **Plano de Bairro para a Vida Cotidiana em entornos residenciais mono- funcionais**. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 591 p.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. 201 p.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTIA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1959.

JACINTO, J.M. O papel do poder público na (re) produção do espaço urbano de medianeira. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória- Es, 2014. Disponível em : https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1406245321_ARQUIVO_ArtigoJanerioCBG2014.pdf.

LEÃO, C. de S. **Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades**: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. Caderno Prudentino de Geografia. n.32, vol.1, jan/jun, 2010, p.135-153.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2006. 476 p.

- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178 p.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. reimp. São Paulo: Centauro, 2015. 141 p.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1992. 464p.
- LE MOS, R. C. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)**. Presidente Prudente: FCT/UNESP. 1999. (dissertação de mestrado).
- LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Manuad, 1998.
- LOURENÇO, B. M. **A expansão urbana via implementação de loteamentos sobre terras rurais nos municípios de Jiquiriçá, Mutuípe e Santa Inês (Bahia)/ Bruno Mercante Lourenço**. – Salvador, 2023.
- MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.
- MAIA, D. S. Pequenas cidades: como defini-las? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. *Anais...* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- MAIA, R. Entre a majestade e o caos: história, cultura e cotidiano de uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro. Mercator – **Revista geográfica da UFC**, ano 7, n 13, p. 59-69, set. 2008.
- MANFIO, V. As pequenas cidades em tempos de pandemia: uma reflexão sobre o espaço urbano da Quarta Colônia, RS, Brasil. **Élisée - Revista de Geografia da UEG- Goiás**, [S. l.], v. 10, n. 1, e101215, jan./ jun. 2021.
- MANFIO, V. O contexto e a importância das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana: uma abordagem acerca de Nova Palma, RS. Geoingá: **Revista do Programa de Pós graduação em Geografia, Maringá**, v. 11, n. 1, p. 24-45, 2019.
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, p. 24-33.
- MARES, R.M. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: o caso de Vitória da Conquista/Ba. **SEURB- II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmicas das cidades e a produção**, 2013.
- MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

- MEDEIROS, G. M. C de. **Habitus e territorialidade na composição da dinâmica imobiliária de Natal/RN**. Tese (doutorado em ciências sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- MEIRELLES, H. L. **Urbanismo e proteção ambiental**. RDP no 39/40, ERT, São Paulo: 1976.
- MELO, N. A de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. 527 p.;
- MENDES, C. M. **O edifício no jardim: um plano destruído**. A verticalização de Maringá. (Tese) (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 1992.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2010.
- MORAES, A. C. R; COSTA, W. M da. **A valorização do espaço: geografia crítica**. 4ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- MOREIRA JUNIOR, O. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço** / Orlando Moreira Junior. - Rio Claro, 2014.
- MUXÍ, Z. (Org.). **Postsuburbia. Rehabilitación de urbanizaciones residenciales monofuncionales de baja densidad**. Barcelona: Editorial Comanegra, 2013.
- NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do Nosso Tempo. Rondonópolis, vl. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.
- NEVES, J. L. Pesquisas Qualitativas–Características, usos e qualidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- OZÓRIO, E. C. **O processo de (re) produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu, RJ**. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PAIVA, L. M. **Habitação de Interesse Social e a Produção do Espaço Urbano em São João del-Rei/MG Entre os Anos 2006-2016**. Dissertação em Geografia; Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); São João del-Rei/MG; 188p; 2017.
- PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007. 347 p.;
- PEREIRA, A. S. **Produção imobiliária e segregação na periferia do Rio de Janeiro: o bairro de Campo Grande**. Rio de Janeiro, 2002. 134p. Dissertação (mestrado em Planejamento urbano Regional) – Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

RIBEIRO, T. F. **Dominância Financeira, Regulação Legal e Espaço Urbano [recurso eletrônico]**: o caso da regularização fundiária no Brasil. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2021.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. P. B. **Dinâmica econômica e expansão urbana**: o caso de Mossoró- RN. *In*: José Aldemir (org). Cidades brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Universitária/ UFAM, 2009, p.167-195.

RODRIGUES, A. H. V.; HOLANDA, V. C. C. de. As feições da especulação imobiliária e a produção do espaço da cidade média de Sobral- Ce. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/12](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/12).

RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais**: a luta pelo direito à cidade. Cidades, v. 4, n. 6, p. 73-88, ago. 2007.

RODRIGUES, J. O. C. **Desenvolvimento local e o sentimento de pertença dos cidadãos de João Monlevade em face de uma grande indústria de base**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia, do CEAD-UFOP. João Monlevade, 2024. p.24

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, N. M. **Segregação socioespacial e ações do plano diretor no bairro Maria Eugênia e a área central de viçosa**, MG. Ver. Geogr. Acadêmica v.4, n.1, p.56-70 (vii.2010).

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**/ Cláudia Marques Roma: [s.n.], 2008.

SAKATAUSKAS, G. de L. B. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos planos locais de habitação de interesse social** / Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas; orientadora: Profª. Dra.Joana Valente Santana - 2015. 202 f.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço:** Petrópolis: Vozes, 1979. p. 69-152.

SANTOS, W dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico:** o exemplo da região de Campinas-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, 192 p.

SANTANA, N. A. de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) - 1949/1996.** Florianópolis - SC ,1998.

SILVA, I. M. de A. **História do Município de Barão de Grajaú.** Teresina: Editora da UFPI, 1992.

SILVA, I. M. de A. **Relatos historiográficos e memórias da travessia do rio Parnaíba:** a educação baronense e a busca pelo sistema escolar de Floriano no Piauí (1940 - 1970). Inaura Maria de Almeida Silva. - Fortaleza: 2005. 160.

SILVA, N. A. da. **Loteamentos:** um estudo do crescimento urbano horizontal da cidade de Guarabira-PB. – Guarabira: UEPB, 2012.

SILVA, P. F. J. da. **Cidades pequenas e indústrias:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP. 285f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2011.

SILVA, P.J da. **Vazios urbanos e a dinâmica imobiliária na produção do espaço em Natal/ RN/** Paula Juliana da Silva. - Natal, RN, 2015.

SILVA, R. C.C. Desafios e Tendências para o estudo das cidades pequenas em Geografia: breve notas. – São João del- Rei, 2018, p.38.

SILVEIRA, A. P. Os conflitos na produção do espaço urbano de vitória da conquista - Bahia - brasil e a problemática ambiental: o falso mito das encostas e baixadas. **Revista Geográfica de América Central-** Número Especial EGAL, 2011-Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-15). Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2197/2093>
<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2197/2093>.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

SOARES, B. R. **Pequenas cidades:** Uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 117-124.

SOGAME. M. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: **Geografares**, Vitória, n. 2, 2001, p.95-103.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, M. A de. **Governo Urbano.** São Paulo: Nobel, 1988.

SOUZA, M. L. de. 1963-**Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 320 p.:

SOUZA, G.F. **Urbanização, segregação socioespacial e o direito á cidade**: uma revisão bibliográfica. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração Pública)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2020.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-15

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate. *In*: CARLOS, A. F. A; DAMIANI, A. L; SEABRA, O. de L (org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil**. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía UNAM, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **O Chão Arranho o Céu**: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. 1991. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, USP, São Paulo.

VIANNA, W.B. O design da pesquisa qualitativa: questões a considerar. *In*: **Anais...** Simpósio de Engenharia de Produção, 13 (XIII SIMPEP), Bauru, 6 a 8 de novembro de 2006.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada**. O Planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco, Recife, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZMITROWICZ, W; ANGELIS NETO, G. **Infra-estrutura urbana**. Texto técnico Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. 2013.

APÊNDICE

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a este questionário sobre “a produção do espaço urbano em cidade pequena: uma análise de caso do bairro Vereda Grande no município de Barão de Grajaú- MA”, cujo objetivo é analisar o processo de expansão do tecido urbano do bairro Vereda Grande na última década, a partir da perspectiva da autoconstrução de residências pelo proprietário, financiamento de habitações e surgimento de loteamentos como fatores de produção do espaço citadino em uma cidade pequena.

Pesquisadora: Eguinalva Alves da Silva

Orientador: Prof. Dr. Anderson Felipe Leite dos Santos

DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS:

1 – Qual é o seu sexo? ☐ Masculino ☐ Feminino

2- Qual a sua idade?

☐ Tem entre 20 a 30 anos ☐ Tem de 30 a 40 anos ☐ Tem 40 a 50 anos ☐ Tem mais de 60 anos

3 - Quantas pessoas moram com você? OBS: Especificar a quantidade de crianças e adultos.

4- Qual o seu nível de escolaridade?

5 - Considerando as opções (segundo classificação do IBGE) abaixo, como você classificaria sua cor ou raça? ☐ Branco ☐ Preto ☐ Amarelo ☐ Pardo ☐ Indígena ☐ Outra. Qual?

6 - Qual é a sua faixa de rendimento mensal? ☐ menor que um salário mínimo ☐ de um a dois salários mínimos ☐ de três a quatro salários mínimos ☐ mais de cinco salários mínimos

7- Profissão: ☐ Estudante ☐ Dona de casa ☐ Autônomo ☐ CLT ☐ Servidor Público ☐ Outro. Qual?

PERCEPÇÃO SOBRE O ESPAÇO URBANO DO BAIRRO VEREDA GRANDE

- 1- Qual a quanto tempo o senhor (a) mora no bairro ou loteamento?
- 2- Como era o bairro quando senhor/ senhora veio morar no local?
- 3- Como você avalia a qualidade da infraestrutura oferecida no loteamento/ bairro depois de mora nele?
- 4- Quais problemas de infraestrutura são mais comuns no loteamento/ bairro que você reside?
- 5- Houve um aumento de construções de moradias no loteamento/ bairro no decorrer dos anos que reside no local?
- 6- Você consegue perceber no decorrer dos anos que reside no Loteamento / bairro se ocupação dos lotes foi gradual ou rápida? Quais fatores influenciaram esse ritmo (Ex: preço, financiamento, proximidades de investimento)?
- 7- Quais mudanças você consegue perceber que o bairro passou durante os anos que você reside nele?